

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FELIPE AMARAL DE SOUZA

**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PÚBLICA: ASPECTOS FISCAIS
E CONTÁBEIS**

**Florianópolis
2004**

FELIPE AMARAL DE SOUZA

**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PÚBLICA: ASPECTOS FISCAIS
E CONTÁBEIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Dr. Loreci João Borges.

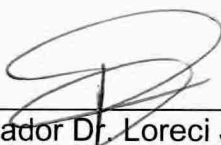
**Florianópolis
2004**

FELIPE AMARAL DE SOUZA

**CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PÚBLICA: ASPECTOS FISCAIS
E CONTÁBEIS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de 8,50..., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Compuseram a banca:



Prof. Orientador Dr. Loreci João Borges.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 9,00.....



Profa. Bernadete Passold
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 8,12.....



Prof. Guilherme Júlio da Silva
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 8,15.....

Florianópolis, 1 de março de 2004.



Prof. Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografia - UFSC

Dedico este trabalho...

A Deus por ter me dado sabedoria
e entendimento.

Aos meus pais Daniel e Madalena
e à minha irmã Francine,
porque estiveram comigo até aqui
me dando apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois me deu saúde, força e sabedoria para chegar até aqui.

À minha família pelo apoio e incentivo.

Ao professor e orientador deste trabalho, por ter me passado um pouco de sua experiência contribuindo assim para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos demais professores que contribuíram com informações e conhecimentos passados durante esta trajetória.

Aos amigos que conheci durante esta jornada vitoriosa.

RESUMO

SOUZA, Felipe Amaral de. *Contribuição previdenciária pública: aspectos fiscais e contábeis*, 2004, 51 páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar atividades relacionadas à saúde, previdência e assistência social. É financiada pela sociedade de forma direta e indireta, através do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e das diversas contribuições sociais. O objetivo deste trabalho consiste em realizar um estudo sobre a atual carga tributária das empresas, segurados e contribuintes relacionados com a Previdência Social Pública. Nesse sentido, identificam-se as contribuições previdenciárias instituídas, que são: pelas empresas, a contribuição patronal ao INSS, o Seguro contra Acidente de Trabalho (SAT) e as contribuições a Terceiros; pelos trabalhadores (empregados, autônomos, empresários ou equiparados), ao INSS. Adicionalmente, apresentam-se as contribuições das empresas sobre rendimentos, receita ou faturamento, tais como o PIS e COFINS, e sobre o lucro, a Contribuição Social (CSL). Para finalizar, comenta-se o reflexo contábil das contribuições previdenciárias no patrimônio das entidades.

Palavras-chave: Contabilidade Tributária;
Encargos Sociais;
Legislação Trabalhista e Previdenciária.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Contribuição do segurado empregado (INSS) | 36 |
|--|----|

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Folha de Pagamento – Cálculos de Remuneração e Descontos..... 39

Tabela 2 - Demonstração do cálculo do INSS devido pela empresa 39

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CF | Constituição Federal de 1988 |
| GRPS | Guia de Recolhimento da Previdência Social |
| IAPB | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários |
| IAPC | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes |
| IAPI | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários |
| IAPM | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos |
| IAPETC | Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INPS | Instituto Nacional de Previdência Social |
| INSS | Instituto Nacional de Seguro Social |
| LALUR | Livro de Apuração do Lucro Real |
| MPAS | Ministério da Previdência e Assistência Social |
| PASEP | Programa de Assistência ao Servidor Público |
| PIS | Programa de Integração Social |
| SINPAS | Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO | 5 |
| LISTA DE QUADROS | 6 |
| LISTA DE TABELAS..... | 7 |
| LISTA DE SIGLAS | 8 |
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 Tema | 12 |
| 1.2 Problema | 12 |
| 1.3 Objetivos..... | 13 |
| 1.4 Justificativa | 13 |
| 1.5 Metodologia | 14 |
| 1.6 Limitações | 16 |
| 2 DOS DIREITOS SOCIAIS | 17 |
| 2.1 Da Seguridade Social..... | 17 |
| 2.2 Da Previdência Social..... | 19 |
| 2.3 Evolução histórica da Previdência Social | 20 |
| 2.4 O funcionamento da Previdência Social no Brasil | 22 |
| 2.4.1 Segmentação da Previdência Oficial..... | 23 |
| 2.4.2 Regulamentação da Previdência Social | 23 |
| 2.5 Problemas do INSS | 24 |
| 2.5.1 Principais variáveis causadoras de crises no INSS..... | 24 |
| 2.5.1.1 Aumento da expectativa de vida | 24 |
| 2.5.1.2 Informalização do mercado (evasão fiscal) | 25 |
| 2.5.1.3 Relação negativa de Contribuintes x Beneficiários | 25 |
| 2.5.1.4 Corrupção e ingerência do sistema previdenciário..... | 26 |
| 2.6 Contribuintes da Seguridade Social | 26 |
| 3 DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL | 30 |
| 3.1 Contribuições para o INSS | 30 |
| 3.1.1 Contribuição da empresa ao INSS | 30 |
| 3.1.2 Contribuição da empresa para seguro contra acidente de trabalho | 31 |
| 3.1.3 Contribuições da empresa para com terceiros | 32 |
| 3.1.4 Contribuições dos Trabalhadores ao INSS | 35 |
| 3.1.4.1 Contribuição dos empregados..... | 35 |
| 3.1.4.2 Contribuição dos autônomos, empresários ou equiparados | 36 |
| 3.2 Exemplo do cálculo da contribuição para o INSS..... | 38 |
| 3.3 Contribuições da empresa sobre o faturamento..... | 40 |
| 3.3.1 Contribuição da empresa para a COFINS..... | 41 |
| 3.3.2 Contribuição da empresa para o PIS..... | 41 |
| 3.4 Contribuições das empresas sobre o lucro obtido | 43 |
| 3.4.1 Contribuição Social..... | 43 |

| | | |
|----------|--|-----------|
| 3.5 | Exemplo das contribuições COFINS, PIS e Contribuição Social..... | 43 |
| 3.6 | Reflexo contábil no patrimônio das empresas | 46 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| | REFERÊNCIAS | 49 |
| | ANEXOS..... | 51 |

1 INTRODUÇÃO

Tem-se observado com o passar dos anos nos países, sejam estes desenvolvidos ou não, um aumento excessivo do número de tributos criados pelos governantes.

No Brasil, a previdência Social pública está enfrentando uma dura realidade: momento de incertezas e dificuldades. Os fatores dessa situação provêm, principalmente, de uma administração ineficaz e da falta de planejamento da gestão dos recursos da entidade, dos privilégios concedidos além da capacidade contributiva, tendo, como consequência, a redução dos benefícios aos contribuintes e o descrédito do sistema.

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar atividades relacionadas à saúde, previdência e assistência social.

O orçamento da Seguridade Social provém de recursos oriundos da União, das contribuições sociais e de outras fontes.

A previdência social pública e suas contribuições, objeto de estudo deste trabalho, provém das contribuições das empresas e dos trabalhadores de modo geral.

As políticas previdenciárias, ao invés de trazerem novos benefícios a seus contribuintes, geraram mais obrigações com o passar dos anos para as empresas e a sociedade, aumentando a carga tributária e criando mais contribuições sociais.

A alta carga tributária, faz com que o planejamento tributário dos contribuintes (empresas e trabalhadores) realiza-se principalmente à inadimplência das suas obrigações. Na verdade, a inadimplência pode estar diretamente relacionada com a alta carga tributária, a não-geração e distribuição de renda e com a informalidade do trabalho.

1.1 Tema

O tema deste trabalho consiste em uma abordagem sobre as diversas contribuições sociais que financiam a Seguridade Social pública, as quais são exigidas das empresas e dos trabalhadores, bem como o seu reflexo financeiro e contábil no patrimônio das entidades.

1.2 Problema

A questão está em demonstrar o atual patamar da carga tributária da Seguridade Social, exigida por lei à sociedade brasileira, seja por pessoas físicas e/ou jurídicas, caracterizando-se as dificuldades de se ajustar crescimento econômico a crescimento social no contexto de um mundo globalizado.

Neste sentido, considerando a proposta apresentada inicialmente para esta pesquisa, busca-se uma resposta para a seguinte questão-problema:

De acordo com a atual legislação Previdenciária do país, as empresas e pessoas físicas possuem conhecimento da carga tributária incidente sobre os seus patrimônios?

1.3 Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho consiste em realizar um estudo sobre a atual carga tributária das empresas, segurados e contribuintes relacionados com a Previdência Social Pública.

Os objetivos específicos são:

- Identificar as contribuições previdenciárias instituídas;
- Identificar os contribuintes da Previdência Social;
- Conhecer os fatos geradores, a formação das bases de cálculos e a forma de recolhimento das contribuições previdenciárias; e,
- Conhecer o reflexo contábil das contribuições previdenciárias no patrimônio das entidades.

1.4 Justificativa

Por se tratar de Contribuição Previdenciária Pública, ressalta-se a importância de os contribuintes, tanto os trabalhadores em geral quanto as empresas que financiam o sistema, terem conhecimento da atual carga tributária e verificarem se estão sendo beneficiados pelas suas devidas contribuições.

Portanto, esta pesquisa se fundamenta em um estudo bibliográfico sobre as diversas contribuições para a Previdência Social Pública.

1.5 Metodologia

Todo trabalho de pesquisa, seja teórico ou prático, deve estar embasado em metodologia científica, que serve como ponto de partida para o desenvolvimento do mesmo. Portanto, deve-se definir a modalidade de pesquisa a ser utilizada, ou seja, escolher a melhor forma para atingir os objetivos inicialmente propostos.

Mas o que significa pesquisa? Para Andrade (2001, p.121), “é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

Outra questão importante é a classificação dos tipos de pesquisa, que podem ser relacionadas de acordo com Andrade (2001, p.122), “quanto à natureza, aos objetivos, aos procedimentos e ao objeto”.

Quanto à natureza, a pesquisa pode se constituir em um trabalho científico original ou em um resumo de assunto que já foi abordado em outros trabalhos mais avançados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada em exploratória, descritiva e explicativa.

A exploratória tem por fim ser simplesmente um trabalho preliminar para a aplicação de outro tipo de pesquisa e a descritiva decorre do registro, análise e observação dos fatos, sem que o pesquisador interfira neles.

Já na pesquisa explicativa, o pesquisador tem como objetivo identificar as causas dos fenômenos e fatos observados.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa está relacionada à maneira pela qual se obtêm os dados necessários e que pode ser definida como bibliográfica e documental.

Quanto ao objeto, a pesquisa pode ser bibliográfica, de laboratório e de campo. A bibliográfica compreende a seleção, coleta e análise da literatura existente sobre o assunto que se pretende investigar.

Já a pesquisa de laboratório consiste na observação de fatos e fenômenos que podem ser manipulados, controlados, provocados e reproduzidos pelo agente pesquisador.

A pesquisa de campo, para Marconi (1990, p.75), é:

aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta e é realizada no ambiente onde ocorrem espontaneamente os fenômenos de interesse do pesquisador.

Ao se fazer uma pesquisa, os métodos científicos são enfocados através de uma metodologia. Desta forma, são relacionados às formas e às técnicas que serão utilizadas na confecção do trabalho científico.

De acordo com Inácio Filho (1994, p.55), Metodologia é:

o conjunto de procedimentos e técnicas de que se lança mão no processo de investigação, incluindo-se aí os aspectos relacionados ao como fazer a pesquisa. Está relacionada ainda à pesquisa ideológica do investigador, aos seus objetivos, aos seus pressupostos, à sua concepção de mundo.

A proposta de estudo se concretizará em uma monografia, portanto, para a realização deste trabalho, será uma pesquisa bibliográfica e atenderá os objetivos metodológicos.

Conforme Lakatos e Marconi (1996, p.66), pesquisa bibliográfica é:

toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monográficas, teses, material cartográfico, e até os meios de comunicação orais, sejam eles rádios, filmes e televisão.

Inácio Filho (1994, p.59), caracteriza monografia como:

uma síntese de leitura, observações, reflexões e críticas, desenvolvidas de forma metódica e sistemática por um pesquisador que relata a um ou mais destinatários um determinado escrito que seja o resultado de suas investigações, as quais, por sua vez têm origem em suas inquietações acadêmicas.

Portanto, trata-se de um estudo sobre um determinado assunto, com suficiente valor representativo, obedecendo a uma rigorosa metodologia.

1.6 Limitações

O desenvolvimento deste trabalho limita-se à apresentação das contribuições previdenciárias públicas dos trabalhadores e funcionários de empresas privadas do ramo comercial, regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com relação à legislação vigente em 2003.

A literatura utilizada compõe-se de livros, artigos e leis para abordar a atual carga tributária e seu reflexo contábil no patrimônio das entidades.

2 DOS DIREITOS SOCIAIS

Todo cidadão brasileiro tem seus direitos e garantias fundamentais previstos pela Constituição Federal.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim diz: “Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Em praticamente todas as sociedades contemporâneas existe alguma forma de “Seguridade Social”. Os sistemas de proteção social são hoje indissociáveis das relações do trabalho e integrantes dos próprios direitos da cidadania.

2.1 Da Seguridade Social

É de competência da União legislar sobre a Seguridade Social. A mesma está compreendida em um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Seus princípios e diretrizes, de acordo com o Decreto 3.048/99, são os seguintes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

- d) irredutibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhe o poder aquisitivo;
- e) eqüidade na forma de participação no custeio;
- f) diversidade da base de financiamento; e
- g) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

Esses princípios e diretrizes regulamentam a Seguridade Social no Brasil de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que, assim diz:

Art. 195 – A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, a pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral da previdência;

III – sobre a receita de concursos e prognósticos”.

A Seguridade Social, de acordo com a Constituição, é financiada pela sociedade de forma direta e indireta, através de orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de diversas contribuições sociais.

Dentre elas podem-se citar as contribuições das empresas sobre folha de pagamento e demais rendimentos, receita ou faturamento (PIS e COFINS), do lucro CSL, do trabalhador e segurados, e receitas de concursos e prognósticos.

2.2 Da Previdência Social

A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos a seus segurados.

Tais direitos são regidos por princípios e objetivos, de acordo com o regulamento da Previdência Social, tais como:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- d) cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição corrigidos monetariamente;
- e) irredutibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhe o poder aquisitivo;
- f) valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo; e
- g) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

2.3 *Evolução histórica da Previdência Social*

No Brasil, toda a extensa legislação previdenciária tem início com o Decreto-Lei n.4682, de 24 de janeiro de 1923 (Lei Eloy Chaves), que determinou a criação de caixas de Aposentadorias e Pensões nas empresas ferroviárias existentes na época, administradas sem qualquer participação do Estado, sendo ampliadas para empregados de empresas portuárias, serviços de força e luz, telefone, enfim, serviços públicos em geral e os de mineração.

A Previdência Social começou a merecer maior atenção do Estado, participando então de sua administração somente a partir de 1930, quando fora estendida a todos os trabalhadores urbanos e a boa parte dos autônomos, devido ao fato de os trabalhadores passarem a ter maior peso no cenário político e econômico do país.

Com a evolução social e o passar do tempo, foram, então, criados: o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), em 1933; em 1934, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB).

Em 1938, foram criados o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas (IAPETC), que proporcionavam, a seus participantes assistência médica e indenização por acidente de trabalho.

Havia, nessa época, grandes disparidades entre os planos e benefícios oferecidos, resultantes da capacidade financeira de cada instituição, com base no salário de contribuição dos salários dos empregados.

A partir de 1940, criavam-se, através do Estado, vários serviços que se destinavam a complementar os benefícios proporcionados pela Previdência Social brasileira, dentre os quais destacavam-se: o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940), a Legião Brasileira de Assistência (1942), os Serviços Sociais da Indústria e do Comércio e Fundação da Casa Popular (1946).

Em 26 de agosto de 1960, foi promulgada a “Lei Orgânica da Previdência Social”, uniformizando as contribuições e os planos de benefícios dos diversos estatutos, sendo que a unificação institucional foi somente efetivada através da criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) em 21 de novembro de 1966, que reuniu todos os institutos de aposentadorias até então existentes.

Buscando estender a Previdência Social aos trabalhadores rurais, foram criados em 1963, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e, em 1969, o Plano Básico. Entretanto, nenhuma dessas iniciativas atingiu seus objetivos de maneira satisfatória.

A inclusão efetiva dos trabalhadores rurais só iria acontecer em maio de 1971, com a extinção do Plano Básico e do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural).

A partir de 1972, o INPS estendeu seus benefícios aos empregados domésticos, em 1973 aos autônomos, em caráter compulsório e, em 1974, aos maiores de 70 anos e aos inválidos não-segurados, quando foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), e em 1977 foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

Destinado a integrar as atividades da previdência social, da assistência médica e da gestão administrativa e patrimonial, executadas por cada um dos órgãos vinculados ao Ministério da Previdência e Assistência Social, o SINPAS veio a dar uma nova assistência social ao país, sem prejuízo das condições então vigentes dos serviços e benefícios.

A Seguridade Social no Brasil adquiriu uma nova roupagem em 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 201, que caracterizou a Seguridade Social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social”.

Estabeleceu como princípios básicos: a universalização, a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a seletividade na concessão, a irredutibilidade do valor das prestações.

Em março de 1991, o MPAS foi extinto e suas atribuições divididas. As áreas assistencial e de saúde, passaram, respectivamente, para os ministérios da Ação Social, e da Saúde. A previdência, por sua vez, foi incorporada, sob a forma de Secretaria Nacional, ao então criado Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Outras alterações institucionais compreenderam a extinção do INPS e do Instituto de Administração Financeira a Previdência e Assistência Social (IAPAS), assim como a criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

2.4 O funcionamento da Previdência Social no Brasil

Para o perfeito funcionamento de qualquer tipo de previdência oficial, é necessário dividi-la em segmentos para seu melhor controle. Tal segmentação é

feita de acordo com finalidades distintas, tais como o seguro social, e a assistência médica e social, assuntos que serão discutidos na seqüência.

2.4.1 Segmentação da Previdência Oficial

No Brasil, a Seguridade Social adotada se divide em três segmentos básicos, a saber:

- a) **Programa de Seguro Social (INSS)** – que inclui todos os benefícios relativos às aposentadorias, abonos, auxílios e todos os benefícios em dinheiro pagos aos segurados urbanos e rurais e a seus dependentes, inclusive relativos a acidentes de trabalho;
- b) **Assistência Médica (SUS)** – dá assistência gratuita a todos os segurados em casos de emergência;
- c) **Assistência Social** – presta auxílio a menores e carentes.

2.4.2 Regulamentação da Previdência Social

A Previdência Social no Brasil está atualmente regulamentada pelo Decreto nº. 3.048, de 06 de maio de 1999 (aprova o regulamento da Previdência Social e dá outras providências), abrangendo a seguridade social, o direito relativo à saúde, visando à redução do risco de doenças; a assistência social, que provê o atendimento das necessidades básicas, e a proteção à família, à maternidade, à infância e etc.

2.5 Problemas do INSS

Conforme Bertelli (1996, p.17),

Ao longo dos anos, a má administração dos recursos, as fraudes, os vários casos de corrupção, a incompetência e a falta de aptidão do Estado para administrar os bens públicos, vem causando graves danos ao sistema, empurrando uma parcela mínima da sociedade, que tem condições de arcar com os custos, para o sistema previdenciário privado, e deixando aos demais, desassistidos.

Percebe-se que o problema é de grande complexidade, tendo em vista que os fatores que causam tal situação são múltiplos. Na seqüência, apresentam-se as variáveis mais importantes dessa equação, em Bertelli (1996).

2.5.1 Principais variáveis causadoras de crises no INSS

Entre essas variáveis podem ser citadas, entre outras:

- a) Aumento da expectativa de vida;
- b) Informalização do mercado (evasão fiscal);
- c) Relação negativa de Contribuintes x Beneficiários; e,
- d) Corrupção e ingerência no sistema previdenciário.

2.5.1.1 Aumento da expectativa de vida

Segundo dados do IBGE (1999), as estatísticas apontam que o brasileiro nunca viveu tanto como agora. A expectativa de vida aumentou significativamente nos últimos anos.

Dentre os fatores que contribuíram para a elevação destacam-se, como primordiais: a) o êxodo rural e seus desdobramentos; b) o desenvolvimento de

metrópoles; e, conseqüentemente, c) maior e melhor saneamento básico; d) o avanço da medicina com programas preventivos, entre outros.

2.5.1.2 Informalização do mercado (evasão fiscal)

Para fazer frente a gastos crescentes, os governantes tendem a aumentar as alíquotas de contribuição.

Tais ações acabam produzindo um contingente enorme de trabalhadores sem vínculo empregatício, genericamente denominado de setor informal, pois a falta de registro empregatício provoca o descontrole na fiscalização tributária.

O sistema tem sido incapaz de absorver esses trabalhadores no mercado de trabalho, pois seu custo é excessivamente alto.

2.5.1.3 Relação negativa de Contribuintes x Beneficiários

O regime de repartição simples, à primeira vista, parece ideal, sobretudo quando o número de contribuintes é promissor.

No entanto, o que se verifica no Brasil é que a redução do índice de crescimento econômico e do trabalho assalariado, bem como a informalização do mercado, contribuíram para uma drástica diminuição da relação contribuintes x beneficiários.

Bertelli (1996, p.19) afirma que “o avanço desta diminuição pode assim ser visto, em 1950 a relação era de 8 contribuintes para cada beneficiário; em 1970 esta relação era de 4,2 para 1 e a previsão para 2010 é que seja de 1,2 a 1,3 contribuintes para cada beneficiário”.

A partir do momento em que não mais dispõe de novos contribuintes, o regime de repartição simples entra em crise, acarretando então uma série de problemas para os usuários e para o governo, tais como: falta de recursos para pagamento dos benefícios, déficit no caixa da Previdência Social, entre outros.

2.5.1.4 Corrupção e ingerência no sistema previdenciário.

O governo federal aponta a ausência de auto-sustentação da Previdência Social por falta de recursos. A previdência oficial no Brasil não possui dinheiro suficiente para sua manutenção.

Bertelli (1996, p.19) questiona:

Como fraudadores conseguiram desviar uma verdadeira fortuna, durante anos, sem serem descobertos? O fato é que, dada a dimensão de nosso país, a Previdência Social se tornou um verdadeiro elefante branco a ser administrado.

A burocracia fecha os caminhos de uma administração informada, coerente com a realidade social e, sobretudo, competente na função de fiscalizar e de realocar os recursos recebidos dos contribuintes e do próprio governo federal.

2.6 Contribuintes da Seguridade Social

De acordo com a Lei 8.212/91, são segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

Como empregado:

Com vínculo empregatício, citam-se os mais comuns, pois existem vários casos de segurados obrigatórios:

- aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação, inclusive como diretor empregado;
- aquele que contratado por empresa de trabalho temporário, por prazo não superior a três meses, podendo ser prorrogável, presta serviço para atender a necessidade transitória da empresa, principalmente em substituição aos empregados faltosos ou acréscimos de serviços pelo aumento da demanda;
- o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa no exterior;
- aquele que presta serviço no Brasil à missão diplomática ou à repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos os não-brasileiros sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular; e,
- o servidor público ocupante de cargo de comissão.

Como empregado doméstico:

O empregado doméstico, com vínculo empregatício, é aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família.

Como contribuinte individual:

Citam-se os mais comuns, pois existem vários:

- a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

- a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;
- o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebem remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural;
- o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;
- quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

Como trabalhador avulso:

Quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento.

Como segurado especial:

- o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo

Da empresa:

A firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.

Empregador doméstico:

A pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

Desta forma, todos os trabalhadores e empresas citados anteriormente devem contribuir para previdência a social.

3 DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

Nesta seção, apresentam-se as contribuições obrigatórias das empresas e dos trabalhadores, para a seguridade social. Isto inclui o INSS, SAT, a terceiros, PIS, COFINS e Contribuição social sobre o lucro líquido.

3.1 Contribuições para o INSS

As contribuições para o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, provêm de percentuais sobre a folha de pagamento, compreendendo: parte patronal, seguro dos acidentes de trabalho, contribuições a terceiros e parte do empregado.

3.1.1 Contribuição da empresa ao INSS

A contribuição ao INSS compreende um percentual entre 5 e 28,8% sobre o montante da folha de pagamento mensal (salários, pró-labore e pagamento a autônomos).

Dependendo da atividade realizada pela empresa, seja ela industrial, comercial ou de serviços, podem variar os percentuais.

Podem-se citar, como exemplo, os códigos FPAS 507 e 515, sendo que o código 507 é para as empresas industriais que contribuem com o percentual de 20% sobre a folha de pagamento, mais o percentual de 3% para as empresas cuja atividade preponderante acarreta o risco de acidentes graves do trabalho e até 5,8% de contribuição a terceiros.

O código 515 é para empresas comerciais atacadistas que contribuem com os mesmos 20% sobre a folha de pagamento, mais o percentual de 1% para aquelas cuja atividade é considerada de risco leve e até 5,8% de contribuição a terceiros. Os demais códigos, referentes às atividades das empresas, constam em tabela anexa.

As empresas inscritas no SIMPLES ficam isentas das contribuições patronais.

3.1.2 Contribuição da empresa para seguro contra acidente de trabalho

A contribuição para o Seguro contra Acidente do Trabalho (SAT) destina-se à concessão de benefícios referentes ao auxílio-doença, acidente do trabalho e outros.

Para o financiamento dos benefícios incidentes sobre a folha de pagamento, em razão do grau de incidência da incapacidade laborativa, decorrente de riscos ambientais, as empresas deverão, dependendo da atividade econômica preponderante, contribuir com:

- 1% (um por cento), aquelas cuja atividade preponderante envolve risco leve de acidentes do trabalho;
- 2% (dois por cento), aquelas cuja atividade preponderante envolve risco que seja considerado médio;
- 3% (três por cento), aquelas cuja atividade apresenta risco considerado grave.

São considerados acidentes do trabalho: as doenças profissionais e as doenças do trabalho.

Entende-se como doença profissional aquela produzida ou desencadeada pelo exercício de trabalho peculiar a determinada atividade. Consideram-se doenças de trabalho aquelas adquiridas ou desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele relacionadas diretamente.

Para as empresas cujo risco é considerado leve, tem-se, como exemplo: Código 52.32-9 – Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Complementos, deverá contribuir com 1%.

Para as empresas cujo risco é considerado médio, tem-se, como exemplo: Código 34.10.0 – Fabricação de Automóveis, Camionetas e Utilitários, deverá contribuir com 2%.

Para as empresas cujo risco é considerado grave, tem-se, como exemplo: Código 10.00-6 - Extração de Carvão Mineral, deverá contribuir com 3%.

As demais atividades, com seus respectivos códigos e graus de risco, encontram-se na tabela correspondente, em anexo.

3.1.3 Contribuições da empresa para com terceiros

As contribuições a terceiros representam um percentual de contribuição a entidades como: SENAI, SENAC, SESC, SESI, INCRA, SEBRAE, Salário Educação, entre outros.

O Serviço Especializado de Aprendizagem Industrial (SENAI) é dirigido pela Confederação Nacional da Indústria. Segundo Bertelli (1996, p.30), esse órgão “tem por finalidade o treinamento e qualificação de mão de obra nacional, no setor da indústria”.

As empresas industriais contribuem para o SENAI com 1,0% sobre a folha de pagamento mensal, de acordo com o código FPAS 507.

O Serviço Especializado de Aprendizagem Comercial (SENAC), criado pelo Decreto-Lei n.8.621, de 10 de janeiro de 1946, tem por finalidade a organização e administração de escolas de aprendizagem comerciais.

As empresas comerciais contribuem para o SENAC com um percentual de 1,0% sobre a folha de pagamento, conforme código FPAS 515, sendo esse valor destinado a treinamento e qualificação de funcionários para um melhor desempenho e motivação profissional.

O SESC e o SESI – Serviço Social do Comércio e da Indústria, respectivamente, foram criados através do Decreto lei 9.835 e 9.403 de setembro e junho de 1946.

As empresas comerciais contribuem mensalmente ao SESC com 1,5% da folha de pagamento, conforme o código FPAS 515. As empresas industriais contribuem ao SESI com 1,5% da folha de pagamento, conforme código 507.

São contribuintes apenas para o SESC: empresas de comunicação, publicidade, jornalística (sem oficina gráfica), empresas de difusão cultural e artística, estabelecimentos hípicas, escritórios, consultórios ou laboratórios de profissionais liberais, estabelecimentos de ensino, entre outros.

As empresas industriais e comerciais contribuem para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com um percentual de 0,2% da folha de pagamento, conforme códigos 507 e 515.

As empresas de beneficiamento de produtos vegetais, extração ou abatimento de animais contribuem para o INCRA com um percentual mais elevado, de 2,7% da folha de pagamento de seus funcionários, conforme código 795.

O Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada, através do recolhimento compulsório através da Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS), sobre um percentual que varia de 0,3 a 0,6% do salário de contribuição, dependendo da atividade de cada empresa, podendo haver isenção de tal contribuição.

O SEBRAE tem por finalidade promover a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços, visando o aprimoramento e o fortalecimento de suas atividades.

Com referência ao Salário-Educação, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 212, parágrafo 5º, assim diz: “o ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei”.

As empresas, independentemente de seus empregados possuírem filhos ou não, devem recolher a cota que lhes cumpre ao Instituto de Previdência.

A importância recolhida, referente a esse item, integra o fundo estadual e o federal destinados ao ensino. A alíquota da Contribuição consiste em 2,5% sobre o total da folha de pagamento da empresa.

As empresas inscritas no SIMPLES ficam isentas da contribuição para terceiros. As demais contribuições a terceiros, com seus respectivos códigos e percentuais, constam na tabela em anexo.

3.1.4 Contribuições dos Trabalhadores ao INSS

As contribuições dos trabalhadores ao INSS compreendem percentuais que vão de 7,65 à 11%, dependendo da faixa salarial de cada trabalhador e obedecendo o limite máximo de desconto que é de R\$ 205,63, conforme exemplo apresentado na subseção seguinte.

3.1.4.1 Contribuição dos empregados

A contribuição dos empregados, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário de contribuição mensal, de forma não-cumulativa.

É importante salientar que integra a base cálculo da contribuição mensal a remuneração do empregado. Entende-se por remuneração o salário, acrescido de outros adicionais, tais como: horas extras, quebra de caixa, entre outros.

Também há incidência do INSS sobre os direitos trabalhistas, garantidos em lei, tais como o 13º salário e as férias acrescidas de 1/3 constitucional.

Assim sendo, não integram o salário de contribuição:

- cota de salário família;
- ajuda de custo e o adicional mensal recebidos pelos aeronautas;
- importância recebida a título de aviso prévio indenizado;
- férias indenizadas;

- indenização por tempo de serviço;
- parcela recebida do vale-transporte;
- participação do empregado no resultado;
- abono do Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Assistência ao Servidor Público (PASEP), entre outros.

No quadro abaixo, consta a relação da contribuição dos empregados segurados, dos empregados domésticos e dos trabalhadores avulsos, para pagamento de remuneração até dezembro de 2003.

| Salário-de-contribuição (R\$) | Alíquota em % |
|--------------------------------------|----------------------|
| Até R\$ 560,81 | 7,65 |
| De R\$ 560,82 até R\$ 720,00 | 8,65 |
| De R\$ 720,01 até R\$ 934,67 | 9 |
| De R\$ 934,68 até 1.869,34 | 11 |

Quadro 1 – Contribuição do segurado empregado (INSS)

Fonte: www.previdenciasocial.gov.br

Sendo assim, se a remuneração do empregado for de R\$ 500,00 deverá contribuir para a previdência com 7,65% sobre esse valor. Se o mesmo possuir dois empregos, somam-se as duas remunerações e aplica-se a alíquota correspondente, não ultrapassando os 11% que se referem ao teto máximo.

O limite de desconto do empregado é de 205,63 reais, conforme mencionado anteriormente.

3.1.4.2 Contribuição dos autônomos, empresários ou equiparados

As contribuições ao INSS são devidas da seguinte forma:

a) Autônomos e equiparados:

O profissional autônomo recolherá ao INSS 20% no carnê de contribuintes autônomos, conforme exemplos abaixo.

Exemplo de serviços prestados a pessoa física:

Tem-se, como exemplo, um profissional pintor regularmente inscrito no INSS que presta serviços a pessoa física no valor de R\$ 500,00 durante o mês. A sua contribuição será calculada da seguinte maneira:

Valor do serviço: R\$ 500,00

Alíquota de contribuição: 20%

Valor da contribuição: R\$ 100,00 ($R\$ 500,00 * 20/100$)

Este profissional pintor deverá recolher de contribuição ao INSS o valor de R\$ 100,00 através do carnê da previdência.

Exemplo de serviços prestados a pessoa jurídica:

Supondo-se outro exemplo, de uma empresa que tenha contratado um profissional eletricista regularmente inscrito no INSS, cujo serviço prestado foi de R\$700,00. O pagamento foi feito através de recibo.

A empresa deve reter 11% do valor do serviço prestado e recolher à previdência Social. E os restantes, 9% serão recolhidos pelo profissional através do carnê da previdência.

b) Empresários:

Em se tratando dos sócios administradores de uma determinada empresa, aplica-se 11% sobre sua remuneração, a título de pró-labore.

Por exemplo, se a empresa pagou R\$ 600,00 a título de pró-labore ao seu administrador. A sua contribuição será:

Valor da retirada: R\$ 600,00

Alíquota de contribuição: 11%

Valor da contribuição: R\$ 66,00 ($R\$ 600,00 * 11/100$)

Esse valor de 66,00 reais será recolhido pela empresa e o limite máximo de contribuição é de 205,63 reais.

3.2 Exemplo do cálculo da contribuição para o INSS

Para exemplificar as contribuições na folha de pagamento dos empregados, é utilizada a figura de uma empresa fictícia, criada para tal fim.

A empresa VESTUÁRIO Ltda. tem como atividade o comércio de artigos do vestuário, possui 05 (cinco) funcionários, sendo que 02 (dois) são responsáveis pelo Departamento Administrativo e 03 (três) pelo Departamento de Vendas.

No dia 30 de dezembro ocorre o provisionamento da folha de pagamento de seus funcionários referente a dezembro de 2003, que será paga em janeiro de 2004.

Na seqüência, apresenta-se a planilha dos rendimentos líquidos obtidos pelos empregados, incluindo-se os descontos.

Tabela 1- Folha de Pagamento – Cálculos de Remuneração e Descontos

| Empregados | Salário | Comissões | Salário-Família | Total de Rendimentos | Vale Transporte | INSS | Líquido a receber |
|----------------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------------|-----------------|---------------|-------------------|
| Administração | | | | | | | |
| Pedro Silva | 400,00 | - | - | 400,00 | 24,00 | 30,60 | 345,40 |
| João Costa | 400,00 | - | - | 400,00 | 24,00 | 30,60 | 345,40 |
| Vendas | | | | | | | |
| Antônio Pinto | 380,00 | 315,00 | - | 695,00 | 41,70 | 60,12 | 593,18 |
| Rodrigo Souza | 380,00 | 350,00 | 13,48 | 743,48 | 43,80 | 65,70 | 633,98 |
| Marcelo Santos | 360,00 | 320,00 | - | 680,00 | 40,80 | 58,82 | 580,38 |
| Total | 1.920,00 | 985,00 | 13,48 | 2.918,48 | 174,30 | 245,84 | 2.498,34 |

Fonte: Elaborado pelo autor

De cada um dos empregados Pedro Silva e João Costa, da área administrativa, desconta-se o valor de R\$ 30,60, referente ao percentual de 7,65% sobre seus salários, conforme a tabela da previdência.

O mesmo se aplica aos outros empregados da área de vendas, somando-se o valor do salário mais comissões. A esse subtotal, aplica-se o percentual de desconto, conforme a tabela da previdência.

A seguir, apresenta-se a Demonstração do cálculo do INSS devido pela empresa, referente à folha de pagamento exibida na tabela anterior:

Tabela 2 - Demonstração do cálculo do INSS devido pela empresa

| Departamento | Cálculo | Valor |
|----------------|------------------------------------|------------|
| Administrativo | R\$ 800,00 x 27,8% (20%+2%+5,8%) | R\$ 222,40 |
| Vendas | R\$ 2.105,00 x 27,8% (20%+2%+5,8%) | R\$ 585,19 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Os valores em percentuais dentro dos parênteses correspondem a 20% para a previdência social, 2% sobre o risco da atividade da empresa (SAT) e 5,8% da contribuição para terceiros.

Tem-se na provisão da folha de pagamento os salários da área administrativa, vendas mais comissões sobre vendas e salário família, e em contrapartida suas obrigações, como vale transporte, INSS parte empregados e salários a pagar. Abaixo, demonstra-se o detalhamento da contabilização.

Provisão para folha de pagamento

| | | | |
|---|-----------------------------|----------|----------|
| D | Salário (adm) | 800,00 | |
| D | Salário (vendas) | 1.120,00 | |
| D | Comissões (vendas) | 985,00 | |
| D | Salário Família a recuperar | 13,48 | |
| C | Vale Transporte a recuperar | | 174,30 |
| C | INSS a recolher | | 245,84 |
| C | Salários a pagar | | 2.498,34 |

Lançamentos referentes à contribuição devida ao INSS pela empresa

| | | | |
|---|-----------------|--------|--------|
| D | INSS (adm) | 230,40 | |
| D | INSS (vendas) | 606,24 | |
| C | INSS a recolher | | 836,64 |

Dessa forma, fica evidenciado todo o processo de cálculo da folha de pagamento e sua respectiva contabilização.

3.3 Contribuições da empresa sobre o faturamento

Esta parte está dividida da seguinte forma: apresenta-se a COFINS e logo após o PIS, como contribuições sobre o faturamento da empresa.

3.3.1 Contribuição da empresa para a COFINS

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) tem como contribuinte as pessoas jurídicas de direito privado em geral, incidindo sobre o seu faturamento, ou seja, a totalidade de sua receita bruta.

Esta contribuição é destinada à manutenção das atividades nas áreas da saúde, previdência e assistência social.

A partir de fevereiro de 1999, sua alíquota passou a ser de 3,0%* (três por cento) sobre o faturamento da empresa, de acordo com a Lei nº 9.718/98. O prazo de recolhimento é até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador.

É importante lembrar que, independentemente da empresa possuir empregados ou não, ela deverá contribuir com este percentual referente à COFINS, com o objetivo da melhoria das condições sociais da classe dos empregados.

* a partir de 1º de fevereiro/04 de acordo com a lei 10.833/03 sua alíquota passou a ser de 7,6% para empresas com base no lucro real.

3.3.2 Contribuição da empresa para o PIS

A contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) foi criada pela Lei Complementar nº 7/70, para formação de um fundo de participação, destinado a proporcionar a integração dos empregados na vida e no desenvolvimento das empresas, através da distribuição de quotas de participação.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, no art. 239, a arrecadação da contribuição para o PIS passou a financiar o programa de seguro-desemprego e

o abono de um salário mínimo anual aos empregados que recebem até dois salários mínimos de remuneração mensal.

A base de cálculo do PIS para as empresas tributadas pelo lucro presumido são as receitas auferidas, sua alíquota é de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) e 1% (um por cento) sobre a folha de salários das entidades sem fins lucrativos de acordo com a Lei 9.718/98.

Já para as empresas tributadas pelo lucro real sua alíquota é de 1,65%, não cumulativo. Entende-se por não-cumulatividade a apuração de crédito do tributo em operação anterior, semelhante à sistemática do ICMS.

A base de cálculo é o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Vale lembrar que não integram a base de cálculo as seguintes receitas, de acordo com o §3º do art. 1º da lei nº 10.637/2002: aquelas decorrentes de saídas isentas da contribuição ou sujeitas a alíquota zero; auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária; as não operacionais, decorrentes da venda de ativo imobilizado; e as resultantes de venda de produtos de que tratam as leis 9.990, 10.147/00 e 10.485/02, em anexo.

Com a base de cálculo, após efetuadas as exclusões acima descritas, podemos apurar o valor a pagar. Do valor a pagar podemos ainda descontar os créditos dos tributos de operações anteriores, de acordo com o art. 3º da Lei 10.637/2002, em anexo. (Vide exemplo pág.44).

O prazo de recolhimento é até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador.

3.4 Contribuições das empresas sobre o lucro obtido

Nesta seção apresenta-se a contribuição sobre o lucro da empresa, ou seja, a contribuição social.

3.4.1 Contribuição Social

Em relação às empresas tributadas pelo lucro presumido, a base de cálculo corresponderá ao somatório dos seguintes valores: 12%, dependendo da atividade, sobre a receita bruta da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços; o mesmo percentual sobre ganhos de capital obtidos na alienação de bens do ativo permanente e em aplicações em ouro não caracterizado como ativo financeiro; e a mesma alíquota sobre rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa e demais receitas e resultados.

As empresas tributadas pelo lucro real têm como base de cálculo o lucro líquido do período, ajustado pelas adições e exclusões, apurado no LALUR.

Sua apuração é trimestral, a alíquota é de 9% (nove por cento), e deverá ser paga até o último dia útil subsequente ao mês da sua apuração.

3.5 Exemplo das contribuições COFINS, PIS e Contribuição Social

Nesta subseção, apresenta-se um exemplo envolvendo as contribuições das empresas sobre o faturamento. Este exemplo fictício refere-se a uma empresa

comercial tributada pelo lucro real, cujos dados são obtidos dos livros fiscais referente ao exercício de 2003.

a) Dados para apuração dos tributos:

| | |
|---------------------------------|----------------------------|
| Vendas | R\$ 50.000,00 |
| Vendas Canceladas | (R\$ 3.000,00) |
| Rendimento aplicação financeira | R\$ 1.000,00 |
| Juros Cobrados | R\$ 1.000,00 |
| Aluguel Recebido | R\$ 2.000,00 |
| Ganho na venda do imobilizado | R\$ 5.000,00* ¹ |

b) Base de cálculo do PIS e da COFINS:

| | |
|--------------------------------|----------------------|
| Receita líquida das atividades | R\$ 47.000,00 |
| Demais receitas tributáveis | R\$ 4.000,00 |
| Total Base de cálculo | <u>R\$ 51.000,00</u> |

A base de cálculo, portanto, é formada pela receita líquida, acrescida das demais receitas tributáveis.

c) Cálculo do PIS a pagar

| | |
|--|-------------------|
| 1,65% de R\$ 51.000,00 | R\$ 841,50 |
| Créditos operações anteriores (Lei 10.637/02). | <u>R\$ 400,00</u> |
| Total PIS a pagar | R\$ 441,50 |

Aplica-se o percentual referente ao PIS sobre a base de cálculo encontrada deduzindo os créditos anteriores.

¹ Não tributável para PIS e COFINS

d) Cálculo da COFINS a pagar

| | |
|---------------------|--------------|
| 3% de R\$ 51.000,00 | R\$ 1.530,00 |
|---------------------|--------------|

Da mesma forma que o PIS, aplicamos o percentual referente à COFINS sobre a base de cálculo.

e) Determinação da Contribuição Social

| | |
|--------------------------------|---------------|
| Receita líquida das atividades | R\$ 47.000,00 |
|--------------------------------|---------------|

Base de cálculo

| | |
|----------------------|--------------|
| 12% de R\$ 47.000,00 | R\$ 5.640,00 |
|----------------------|--------------|

| | |
|-----------------------------|--------------|
| Demais receitas tributáveis | R\$ 9.000,00 |
|-----------------------------|--------------|

| | |
|------------------------------|----------------------|
| Resultado da base de cálculo | <u>R\$ 14.640,00</u> |
|------------------------------|----------------------|

Cálculo da Contribuição Social a pagar

| | |
|---------------------|--------------|
| 9% de R\$ 14.640,00 | R\$ 1.317,60 |
|---------------------|--------------|

| | |
|-----------------------------|----------------------------|
| Contribuição Social a pagar | <u><u>R\$ 1.317,60</u></u> |
|-----------------------------|----------------------------|

Note-se que, para determinar o valor a pagar de Contribuição Social, primeiro calcula-se os 12% da receita líquida das atividades, acrescenta-se o valor das demais receitas tributáveis, obtendo-se a base de cálculo para aplicação da alíquota de 9%, resultando no valor da Contribuição Social a recolher.

f) Contabilização

A seguir os lançamentos contábeis referentes ao PIS, COFINS e Contribuição Social.

Lançamentos referentes ao PIS e COFINS

| | | | |
|---|--------------------------------------|----------|----------|
| D | Dedução da Receita Operacional Bruta | 2.371,50 | |
| C | PIS a recolher | | 441,50 |
| C | PIS a recuperar | | 400,00 |
| C | COFINS a recolher | | 1.530,00 |

Lançamentos referente a Contribuição Social

| | | | |
|---|---------------------------------|----------|----------|
| D | Provisão p/ Contribuição Social | 1.317,60 | |
| C | Contribuição Social a recolher | | 1.317,60 |

3.6 Reflexo contábil no patrimônio das empresas

As contribuições citadas no decorrer deste trabalho têm um reflexo contábil no patrimônio das empresas.

O PIS e a COFINS, são redutores da receita operacional bruta, e provocam uma visão da receita líquida obtida nas vendas realizadas pela empresa. E a Contribuição Social, deduzida do resultado antes do IR/CS, tendo assim uma visão do lucro líquido do exercício contábil.

O reflexo patrimonial dos lançamentos contábeis desses fatos é uma redução do capital próprio², resultando em uma diminuição do resultado do exercício e do Patrimônio Líquido, e no aumento das obrigações para com terceiros.

² Capital Próprio = Total do Ativo (bens +direitos) menos o Passivo (obrigações com terceiros)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Seguridade Social é uma atividade fundamental do Estado Brasileiro e tem o intuito de garantir a seus cidadãos o acesso à saúde, previdência e assistência social.

Para tal fim, os recursos que financiam essa função provêm dos orçamentos públicos e das diversas contribuições sociais, impostas pelo governo aos membros da sociedade, sejam essas pessoas físicas ou jurídicas.

Neste momento histórico, percebe-se a importância de estudos sobre as diversas contribuições sociais, tendo em vista a Reforma Previdenciária, promovida pelo governo atual, e recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. Assim realizou-se um estudo sobre a atual carga tributária das empresas, segurados e contribuintes relacionados com a Previdência Social Pública, apresentando-se os resultados da pesquisa através desta monografia.

Foram identificadas as contribuições previdenciárias instituídas, que são: pelas empresas, a contribuição patronal ao INSS, o Seguro contra Acidente de Trabalho (SAT) e as contribuições a Terceiros; pelos trabalhadores (empregados, autônomos, empresários ou equiparados), ao INSS.

Adicionalmente, foram apresentadas as contribuições das empresas sobre rendimentos, receita ou faturamento, tais como o PIS e COFINS, e sobre o lucro, a Contribuição Social (CSL). Para finalizar, comentou-se o reflexo contábil das contribuições previdenciárias no patrimônio das entidades.

É necessária a conscientização, por parte de todos os membros da sociedade brasileira, da relevância da continuidade e auto-sustentabilidade do sistema previdenciário, como forma de diminuição das desigualdades sociais.

Cabe a cada cidadão zelar pela correta aplicação dos recursos que financiam tais atividades, uma vez que os valores exigidos pelo governo são muito altos.

É evidente que a sociedade sofre pela alta carga tributária. Além disso, a complexidade do sistema de tributação, incluindo a previdência pública, aumenta o mal-estar social já que isso implica em maiores custos de gestão dos tributos, e insegurança no cumprimento cabal do grande número de leis.

A previdência social é um vasto campo de estudos, o que favorece a multiplicidade de idéias e novas propostas para a construção de uma sociedade mais justa. Assim, outras pesquisas podem explorar aspectos não contemplados por esta.

Sugere-se, para futuros trabalhos, uma comparação entre previdência pública e privada, estudos sobre direitos dos cidadãos, tais como aposentadoria, licenças em geral, acesso aos sistemas públicos de saúde, planejamento tributário, contabilidade estratégica em assuntos previdenciários, entre outros.

Cabe ao contador, a importante missão de contribuir para o bem estar da sociedade, fornecendo serviços e conhecimentos que potencializem os princípios básicos de eficiência e eficácia, seja no âmbito privado ou público, tanto para indivíduos como para organizações, que demandem as suas habilidades profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMIRO, Affonso. **A previdência Supletiva no Brasil**. São Paulo: LTR, 1978.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANFIP. **A verdade sobre a previdência social**: porque você precisa conhecer? 1. ed. Belo Horizonte: ANFIP/MG, 2003.

BERTELLI, Rene Cesar. **Previdência privada como solução alternativa para a aposentadoria complementar**. Ibirama: FURB, 1996.

BRASIL. **Código Comercial, C.L.T., Constituição Federal**. Coordenação Sandra Julien Miranda, Carolina Julien Martini. São Paulo: Ridell, 2000.

_____. Decreto-Lei nº 3.048, de 06 de maio de 1999. **Aprova o Regulamento da Previdência Social, e da outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 1999.

_____. Lei nº 2.172, de 5 de março de 1997. **Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social**. Brasília: Congresso Nacional, 1997.

_____. Lei nº 2.173, de 5 de março de 1997. **Aprova o Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social**. Brasília: Congresso Nacional, 1997.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 1991.

_____. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. **Altera a Legislação Tributária Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

_____. Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999. **Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício**. Brasília: Congresso Nacional, 1999.

_____. Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição do PIS/Pasep**. Brasília: Congresso Nacional, 2002.

COIMBRA, J.R.Feijó. **Direito Previdenciário Brasileiro**: adaptado à Constituição de 1998 e as Leis 8.212 e 8.213/91. 5. ed. Rio de Janeiro: Trabalhistas, 1994.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. **Informações estatísticas demográficas**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1999. Disponível na internet em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de dez. 2003.

INÁCIO FILHO, G. **A monografia nos cursos de graduação**. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 1994.

LAKATOS, E.M.; MARCONI M. de A. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Previdência Social**. 3 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

ANEXOS

TABELA DE CÓDIGOS FPAS RESUMO DO FPAS

| Código FPAS | DISCRIMINATIVO |
|-------------|--|
| 507 | INDÚSTRIA (exceto as do art. 2º "caput" do Decreto-lei nº 1.146/70) - TRANSPORTE FERROVIÁRIO e de CARRIS URBANOS (inclusive Cabos Aéreos) EMPRESA METROVIÁRIA - EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES (exceto Aeronáutica - FPAS 558) - OFICINA GRÁFICA DE EMPRESA JORNALÍSTICA - ESCRITÓRIO E DEPÓSITO DE EMPRESA INDUSTRIAL - INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL - ARMAZENS-GERAIS - FRIGORÍFICO (exceto quanto aos empregados envolvidos diretamente com a matança - FPAS 531) - SOCIEDADE COOPERATIVA (que explora atividade econômica relacionada neste código) |
| 515 | COMÉRCIO ATACADISTA - COMÉRCIO VAREJISTA - AGENTE AUTÔNOMO DO COMÉRCIO - COMÉRCIO ARMAZENADOR (exceto Armazéns-Gerais - FPAS - 507) - TURISMO E HOSPITALIDADE (inclusive salão de barbeiro, instituto de beleza, empresa de compra, venda, locação e administração de imóvel, engraxate, empresa de asseio e conservação, sociedade beneficente e religiosa etc.) - ESTABELECIMENTO DE SERVIÇO DE SAÚDE (hospital, clínica, casa de saúde, laboratório de pesquisas e análises clínicas, cooperativa de serviço médico, banco de sangue, estabelecimento de ducha, massagem e fisioterapia e empresa de prótese) - COMÉRCIO TRANSPORTADOR, REVENDEDOR, RETALHISTA DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO COMBUSTÍVEL E QUEROSENE (exceto quanto aos empregados envolvidos diretamente na atividade de transporte - Decreto nº 1.092/94 - FPAS 612) - EMPRESA E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS - ESCRITÓRIO OU LABORATÓRIO DE PROFISSIONAIS LIBERAIS (exceto pessoa física - FPAS 566) CONSÓRCIO - AUTO ESCOLA - CURSO LIVRE (pré-vestibular, idiomas etc.) - LOCAÇÕES DIVERSAS (exceto locação de veículos - FPAS 612) - PARTIDO POLÍTICO - EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO (contribuição sobre a folha de salário de seus empregados) - SOCIEDADE COOPERATIVA (que explora atividade econômica relacionada neste código) |
| 523 | SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE EMPREGADO, TRABALHADOR AVULSO OU EMPREGADOR, PERTENCENTE A ATIVIDADE OUTRORA NÃO VINCULADA AO ex-IAPC, CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS |
| 531 | INDÚSTRIA (relacionada no Art. 2º "Caput" do Decreto-lei nº 1.146/70) DE CANA-DE-AÇÚCAR - DE LATICÍNIO - DE BENEFICIAMENTO DE CHÁ E MATE - DA UVA - DE EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE FIBRAS VEGETAIS E DE DESCAROCAMENTO DE ALGODÃO - DE BENEFICIAMENTO DE CAFÉ E DE CEREJAS - DE EXTRAÇÃO DE MADEIRA PARA SERRARIA, DE RESINA, LENHA E CARVÃO VEGETAL - MATADOURO OU ABATEDOURO DE ANIMAL DE QUALQUER ESPÉCIE E CHARQUEADA (excluídos os empregados das empresas deste código que atuem diretamente na produção primária de origem animal e vegetal) - AGROINDÚSTRIAS DE PISCICULTURA, CARCINICULTURA, SUINOCULTURA E AVICULTURA, setor industrial (a partir de 11/2001) |
| 540 | EMPRESA DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL OU LACUSTRE - AGÊNCIA DE NAVEGAÇÃO - SERVIÇO PORTUÁRIO - EMPRESA DE DRAGAGEM - EMPRESA DE ADMINISTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PORTOS (inclusive operador portuário em relação aos empregados permanentes) - SERVIÇOS PORTUÁRIOS - ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA (em relação aos empregados permanentes) - EMPRESA DE CAPTURA DE PESCADO (inclusive armador de pesca em relação aos empregados envolvidos na atividade de captura de pescado e do escritório) |
| 558 | EMPRESA AEROMÁRINA, INCLUSIVE TAXI-AÉREO - EMPRESA DE SERVIÇO AÉREO ESPECIALIZADO - EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS - IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA E DE SERVIÇOS AUXILIARES - EMPRESA DE FABRICAÇÃO, REPARO E MANUTENÇÃO DO REPRESENTAÇÃO DE AERONAVE, SUAS PEÇAS E ACESSÓRIOS - EMPRESA DE EQUIPAMENTO AERONÁUTICO |
| 566 | EMPRESA DE COMUNICAÇÃO - EMPRESA DE PUBLICIDADE - EMPRESA JORNALÍSTICA (exceto oficina gráfica - código 507) - EMPRESA DE DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA - ESTABELECIMENTO DE CULTURA FÍSICA - ESTABELECIMENTO HÍPICO - ESCRITÓRIO, CONSULTÓRIO DE PROFISSIONAL LIBERAL (exceto pessoa jurídica - FPAS 515) - SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAL, EMPREGADO OU EMPREGADOR, PERTENCENTE A ATIVIDADE OUTRORA VINCULADA AO ex-IAPC - CONDOMÍNIO - CRECHE - CLUBES RECREATIVOS E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS (exceto clubes de futebol profissional - FPAS 647 e 779) - COOPERATIVA (que explora atividade econômica relacionada neste código) |
| 574 | ESTABELECIMENTO DE ENSINO - SOCIEDADE COOPERATIVA (que explora atividade econômica relacionada neste código) |
| 582 | ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO (União, Estado, Distrito Federal e Município, inclusive suas respectivas Autarquias e as Fundações com personalidade jurídica de direito público) - ORGANISMO OFICIAL BRASILEIRO E INTERNACIONAL do qual o Brasil seja membro efetivo e mantenha, no exterior, brasileiro civil que trabalhe para a União ainda que lá domiciliado e contratado - REPARTIÇÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA sediada no exterior que contrate auxiliares locais - MISSÃO DIPLOMÁTICA OU REPARTIÇÃO CONSULAR de carreira estrangeira e órgão a ela subordinado no Brasil, ou a membro dessa missão e repartição, observadas as exclusões legais (Decreto-lei nº 2.253/85), ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CONSELHO FEDERAL DE PROFISSÃO REGULAMENTADA |
| 590 | CARTÓRIO, oficializado ou não. |
| 604 | PRODUTOR RURAL (pessoa física a partir de 04/93 ou pessoa jurídica a partir de 08/94), inclusive na atividade de criação de pescado em cativeiro, em relação a todos os seus empregados - CONSÓRCIO SIMPLIFICADO DE PRODUTORES RURAIS (Lei nº 10.256, de 09.07.2001) - AGROINDÚSTRIA não relacionada no caput do art. 2º do Decreto-lei nº 1.146/70 (relativamente aos segurados e envolvidos no processo de produção própria, setor rural), a partir da competência novembro/2001, exceto as sociedades cooperativas e agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura - SOCIEDADE COOPERATIVA DE PRODUÇÃO RURAL (relativamente em relação aos segurados contratados para a colheita da produção de seus cooperados), a partir da competência novembro/2001 - Exclui-se deste código a prestação de serviços a terceiros (Lei nº 10.256, de 09.07.2001). |
| 612 | EMPRESA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - EMPRESA DE TRANSPORTE DE VALORES - EMPRESA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO - EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE PETRÓLEO (exclusivamente em relação à folha de pagamento dos empregados envolvidos diretamente na atividade de transporte) - SOCIEDADE COOPERATIVA (que explora atividade econômica relacionada neste código) |
| 620 | TOMADOR DE SERVIÇO DE TRANSPORTADOR RODOVIÁRIO AUTÔNOMO (contribuição previdenciária a cargo da empresa tomadora e a contribuição descontada do transportador autônomo para o SEST e o SENAT). |
| 639 | ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (em gozo da isenção de contribuições sociais, art. 55 da Lei nº 8.212/91). |
| 647 | ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA QUE MANTÉM EQUIPE DE FUTEBOL PROFISSIONAL, em qualquer modalidade desportiva e CLUBES DE FUTEBOL PROFISSIONAL - contribuição descontada dos empregados, atletas ou não, e as destinadas a outras entidades ou fundos (terceiros) |
| 655 | EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO (Lei nº 6.019/74) - contribuição sobre a folha de salários do trabalhador temporário. |
| 663 | TOMADOR DE SERVIÇO DE TRABALHADOR AVULSO - contribuição sobre a remuneração de trabalhador avulso vinculado à indústria. |
| 671 | TOMADOR DE SERVIÇO DE TRABALHADOR AVULSO - contribuição sobre a remuneração de trabalhador avulso vinculado ao comércio. |
| 680 | TOMADOR DE SERVIÇO DE TRABALHADOR AVULSO - contribuição sobre a remuneração de trabalhador avulso vinculado à Diretoria de Portos e Costas. |
| 736 | BANCO COMERCIAL - BANCO DE INVESTIMENTO - BANCO DE DESENVOLVIMENTO - CAIXA ECONÔMICA - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - SOCIEDADE DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO (inclusive associação de poupança e empréstimo) - SOCIEDADE CORRETORA - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (inclusive bolsa de mercadorias e de valores) - EMPRESA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - SOCIEDADE COOPERATIVA DE CRÉDITO - EMPRESA DE SEGURO PRIVADO E DE CAPITALIZAÇÃO (inclusive seguro saúde) - AGENTE AUTÔNOMO DE SEGURO PRIVADO E DE CRÉDITO - ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (aberta e fechada). |
| 744 | CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA PROVENIENTE DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL (inclusive criação de pescado em cativeiro), a ser recolhida: a) PELA EMPRESA ADQUIRENTE, CONSUMIDORA, CONSIGNATÁRIA OU COOPERATIVA, b) PELO PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA (equiparado a autônomo e segurado especial), quando venderem seus produtos no varejo, diretamente ao consumidor ou a adquirente domiciliado no exterior, c) PELO PRODUTOR RURAL PESSOA JURÍDICA - CONTRIBUIÇÃO DA AGROINDÚSTRIA incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção própria e adquirida de terceiros, industrializada ou não, a partir de novembro/2001, exceto as sociedades cooperativas e as agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura. |
| 779 | ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA QUE MANTÉM EQUIPE DE FUTEBOL PROFISSIONAL - contribuição de 5% da receita bruta, decorrente de espetáculo desportivo de que participe em todo território nacional em qualquer modalidade, inclusive jogos internacionais, a ser recolhida pela ENTIDADE PROMOTORA DO EVENTO (federação ou confederação), e de QUALQUER FORMA DE PATROCÍNIO, LICENCIAMENTO DE USO DE MARCAS E SÍMBOLOS, PUBLICIDADE, PROPAGANDA E TRANSMISSÃO DE ESPETÁCULOS DESPORTIVOS, a ser recolhida pela empresa ou entidade patrocinadora. |
| 787 | SINDICATO, FEDERAÇÃO E CONFEDERAÇÃO PATRONAL RURAL - ATIVIDADE COOPERATIVISTA RURAL - COOPERATIVA RURAL não enquadrada no Decreto-lei nº 1.146/70 (com ou sem produção própria) - AGROINDÚSTRIA não enquadrada no Decreto-lei nº 1.146/70 (somente em relação aos empregados que atuem diretamente na produção primária de origem animal ou vegetal) - PRESTADOR DE MÃO-DE-OBRA RURAL LEGALMENTE CONSTITUÍDO COMO PESSOA JURÍDICA, a partir de 08/94 - PRODUTOR RURAL PESSOA JURÍDICA, inclusive a AGROINDÚSTRIA, na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, a partir de novembro/2001 |
| 795 | AGROINDÚSTRIA enquadrada no Decreto-lei nº 1.146/70 (somente em relação aos empregados que atuem diretamente na produção primária de origem animal ou vegetal) - AGROINDÚSTRIAS de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura, a partir de novembro/2001 (somente em relação aos empregados que atuem diretamente na produção primária de origem animal ou vegetal) - COOPERATIVA RURAL enquadrada no Decreto-lei nº 1.146/70 (com ou sem produção própria). |
| 825 | AGROINDÚSTRIA relacionada no caput do art. 2º do Decreto-lei nº 1.146/70, a partir da competência novembro/2001, exceto as sociedades cooperativas e agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura. - Exclui-se deste código a prestação de serviços a terceiros (Lei nº 10.256, de 09.07.2001). |
| 833 | AGROINDÚSTRIA não relacionada no caput do art. 2º do Decreto-lei nº 1.146/70, a partir da competência novembro/2001, relativamente aos segurados envolvidos no processo de produção própria, setor industrial, exceto as sociedades cooperativas e agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura - Exclui-se deste código a prestação de serviços a terceiros (Lei nº 10.256, de 09.07.2001). |
| 864 | EMPREGADOR DOMÉSTICO - instituto para possibilitar o depósito do FGTS do empregado doméstico por meio da GFP. |

CUSTEIO DAS PRESTAÇÕES POR ACIDENTE DE TRABALHO (Decreto nº 3.048/99)

* Grau de risco corresponde ao percentual a ser recolhido

| CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO | CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO |
|---|--|---------------|---------|---|---------------|
| A - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL | | | | | |
| 01 | Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados Com Essas Atividades | | 15.33-4 | Preparação de Margarina e Outras Gorduras Vegetais e de Óleos de Origem Animal Não Comestíveis | 3 |
| 01.1 | Produção de Lavouras Temporárias | | 15.4 | Laticínios | |
| 01.11.2 | Cultivo de Cereais | 3 | 15.41-5 | Preparação do Leite | 3 |
| 01.12.0 | Cultivo de Algodão Herbáceo | 3 | 15.42-3 | Fabricação de Produtos do Laticínio | 3 |
| 01.13.9 | Cultivo de Cana-de-açúcar | 3 | 15.43-1 | Fabricação de Sorvetes | 3 |
| 01.14-7 | Cultivo de Fumo | 3 | 15.5 | Moagem, Fabricação de Produtos Amiláceos e de Rações Balanceadas Para Animais | 3 |
| 01.15-5 | Cultivo de Soja | 3 | 15.51-2 | Beneficiamento de Arroz e Fabricação de Produtos do Arroz | 3 |
| 01.19-8 | Cultivo de Outros Produtos Temporários | 3 | 15.52-0 | Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados | 3 |
| 01.2 | Horticultura e Produtos de Viveiro | | 15.53-9 | Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados | 3 |
| 01.21-0 | Cultivo de Hortaliças, Legumes e Especiarias Hortícolas | 3 | 15.54-7 | Fabricação de Fubá e Farinha de Milho | 3 |
| 01.22-8 | Cultivo de Flores e Plantas Ornamentais | 3 | 15.55-5 | Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e Fabricação de Óleos de Milho | 3 |
| 01.3 | Produção de Lavouras Permanentes | | 15.56-3 | Fabricação de Rações Balanceadas Para Animais | 3 |
| 01.31-7 | Cultivo de Frutas Cítricas | 3 | 15.59-8 | Beneficiamento, Moagem e Preparação de Outros Alimentos de Origem Vegetal | 3 |
| 01.32-5 | Cultivo de Café | 3 | 15.6 | Fabricação e Refino de Açúcar | |
| 01.33-3 | Cultivo de Cacau | 3 | 15.61-0 | Usinas de Açúcar | 3 |
| 01.34-1 | Cultivo de Uva | 3 | 15.62-8 | Refino e Moagem de Açúcar | 3 |
| 01.39-2 | Cultivo de Outras Frutas, Frutos Secos, Plantas Para Preparo de Bebidas e Para Produção de Condimentos | 3 | 15.7 | Torrefação e Moagem de Café | |
| 01.4 | Pecuária | | 15.71-7 | Torrefação e Moagem de Café | 3 |
| 01.41-4 | Criação de Bovinos | 3 | 15.72-5 | Fabricação de Café Solúvel | 3 |
| 01.42-2 | Criação de Outros Animais de Grande Porte | 3 | 15.8 | Fabricação de Outros Produtos Alimentícios | |
| 01.43-0 | Criação de Ovinos | 3 | 15.81-4 | Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria e Pastelaria | 3 |
| 01.44-9 | Criação de Suínos | 3 | 15.82-2 | Fabricação de Biscoitos e Bolachas | 3 |
| 01.45-7 | Criação de Aves | 3 | 15.83-0 | Produção de Derivados do Cacau e Elaboração de Chocolates, Balas e Gomas de Mascar | 3 |
| 01.46-5 | Criação de Outros Animais | 3 | 15.84-9 | Fabricação de Massas Alimentícias | 3 |
| 01.5 | Produção Mista: Lavoura e Pecuária | | 15.85-7 | Preparação de Especiarias, Molhos, Temperos e Condimentos | 3 |
| 01.50-3 | Produção Mista: Lavoura e Pecuária | 3 | 15.86-5 | Preparação de Produtos Dietéticos, Alimentos Para Crianças e Outros Alimentos Conservados | 3 |
| 01.6 | Atividades de Serviços Relacionados Com a Agricultura e Pecuária, Exceto Atividades Veterinárias | | 15.89-0 | Fabricação de Outros Produtos Alimentícios | 3 |
| 01.61-9 | Atividades de Serviços Relacionados Com a Agricultura | 3 | 15.9 | Fabricação de Bebidas | |
| 01.62-7 | Atividades de Serviços Relacionados Com a Pecuária, Exceto Atividades Veterinárias | 3 | 15.91-1 | Fabricação, Retificação, Homogeneização e Mistura de Aguardentes e Outras Bebidas Destiladas | 3 |
| 02 | Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados Com Estas Atividades | | 15.92-0 | Fabricação de Vinho | 3 |
| 02.1 | Silvicultura, Exploração Florestal e Serviços Relacionados Com Estas Atividades | | 15.93-8 | Fabricação de Malte, Cervejas e Chopes | 3 |
| 02.11.9 | Silvicultura | 3 | 15.94-6 | Engarrafamento e Gaseificação de Águas Minerais | 3 |
| 02.12-7 | Exploração Florestal | 3 | 15.95-4 | Fabricação de Refrigerantes e Refrescos | 3 |
| 02.13-5 | Atividades dos Serviços Relacionados Com a Silvicultura e a Exploração Florestal | 3 | | | |
| B - PESCA | | | | | |
| 05 | Pesca, Aquicultura e Atividades dos Serviços Relacionados Com Estas Atividades | | 16 | Fabricação de Produtos do Fumo | |
| 05.1 | Pesca, Aquicultura e Atividades dos Serviços Relacionados Com Estas Atividades | | 16.0 | Fabricação de Produtos do Fumo | |
| 05.11.8 | Pesca | 3 | 16.00-4 | Fabricação de Produtos do Fumo | 3 |
| 05.12-6 | Aquicultura | 3 | | | |
| C - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS | | | | | |
| 10 | Extração de Carvão Mineral | | 17 | Fabricação de Produtos Têxteis | |
| 10.0 | Extração de Carvão Mineral | | 17.1 | Beneficiamento de Fibras Têxteis Naturais | |
| 10.00-6 | Extração de Carvão Mineral | 3 | 17.11-6 | Beneficiamento de Algodão | 3 |
| 11 | Extração de Petróleo e Serviços Correlatos | | 17.19-1 | Beneficiamento de Outras Fibras Têxteis Naturais | 3 |
| 11.1 | Extração de Petróleo e Gás Natural | | 17.2 | Fiação | |
| 11.10-0 | Extração de Petróleo e Gás Natural | 3 | 17.21-6 | Fiação de Algodão | 2 |
| 11.2 | Serviços Relacionados Com a Extração de Petróleo e Gás, Exceto a Prospeção Realizada Por Terceiros | | 17.22-1 | Fiação de Outras Fibras Têxteis Naturais | 2 |
| 11.20-7 | Serviços Relacionados Com a Extração de Petróleo e Gás, Exceto a Prospeção Realizada Por Terceiros | 3 | 17.23-0 | Fiação de Fibras Artificiais ou Sintéticas | 2 |
| 13 | Extração de Minerais Metálicos | | 17.24-8 | Fabricação de Linhas e Fios Para Coser e Bordar | 2 |
| 13.1 | Extração de Minério de Ferro | | 17.3 | Tecelagem - Inclusive Fiação e Tecelagem | |
| 13.10-2 | Extração de Minério de Ferro | 3 | 17.31-0 | Tecelagem de Algodão | 2 |
| 13.2 | Extração de Minerais Metálicos Não-ferrosos | | 17.32-9 | Tecelagem de Fios de Fibras Têxteis Naturais | 2 |
| 13.21-8 | Extração de Minério de Alumínio | 3 | 17.33-7 | Tecelagem de Fios e Filamentos Contínuos Artificiais ou Sintéticos | 2 |
| 13.22-6 | Extração de Minério de Estanho | 3 | 17.4 | Fabricação de Artefatos Têxteis Incluindo Tecelagem | |
| 13.23-4 | Extração de Minério de Manganês | 3 | 17.41-8 | Fabricação de Artigos de Tecido de Uso Doméstico Incluindo Tecelagem | 2 |
| 13.24-2 | Extração de Minério de Metais Preciosos | 3 | 17.49-3 | Fabricação de Outros Artefatos Têxteis Incluindo Tecelagem | 2 |
| 13.25-0 | Extração de Minerais Radioativos | 3 | 17.5 | Serviços de Acabamento em Fios, Tecidos e Artigos Têxteis | |
| 13.29-3 | Extração de Outros Minerais Metálicos Não-ferrosos | 3 | 17.50-7 | Serviços de Acabamento em Fios, Tecidos e Artigos Têxteis Produzidos Por Terceiros | 2 |
| 14 | Extração de Minerais Não-metálicos | | 17.6 | Fabricação de Artefatos Têxteis a Partir de Tecidos - Exclusivo Vestuário - e de Outros Artigos Têxteis | |
| 14.1 | Extração de Pedra, Areia e Argila | | 17.61-2 | Fabricação de Artefatos Têxteis a Partir de Tecidos | 2 |
| 14.10-9 | Extração de Pedra, Areia e Argila | 3 | 17.62-0 | Fabricação de Artefatos de Tapeçaria | 2 |
| 14.2 | Extração de Outros Minerais Não-metálicos | | 17.63-9 | Fabricação de Artefatos de Cordoaria | 2 |
| 14.21-4 | Extração de Minerais Para Fabricação de Adubos, Fertilizantes e Produtos Químicos | 3 | 17.64-7 | Fabricação de Tecidos Especiais - Inclusive Artefatos | 2 |
| 14.22-2 | Extração e Refino de Sal Marinho e Sal-gema | 3 | 17.69-8 | Fabricação de Outros Artigos Têxteis - Exclusivo Vestuário | 2 |
| 14.29-0 | Extração de Outros Minerais Não-metálicos | 3 | 17.7 | Fabricação de Tecidos e Artigos de Malha | |
| | | | 17.71-0 | Fabricação de Tecidos de Malha | 2 |
| | | | 17.72-8 | Fabricação de Meias | 2 |
| | | | 17.79-5 | Fabricação de Outros Artigos do Vestuário Produzidos em Malharias (Tricotagens) | 2 |
| D - INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO | | | | | |
| 15 | Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas | | 18 | Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios | |
| 15.1 | Abate e Preparação de Produtos de Carne e de Pescado | | 18.1 | Confeção de Artigos do Vestuário | |
| 15.11-3 | Abate de Reses, Preparação de Produtos de Carne | 3 | 18.11-2 | Confeção de Peças Internas do Vestuário | 2 |
| 15.12-1 | Abate de Aves e Outros Pequenos Animais e Preparação de Produtos de Carne | 3 | 18.12-0 | Confeção de Outras Peças do Vestuário | 2 |
| 15.13-0 | Preparação de Carne, Banha e Produtos de Salsicharia Não Associadas ao Abate | 3 | 18.13-9 | Confeção de Roupas Profissionais | 2 |
| 15.14-8 | Preparação e Preservação do Pescado e Fabricação de Conservas de Peixes, Crustáceos e Moluscos | 3 | 18.2 | Fabricação de Acessórios do Vestuário e de Segurança Profissional | |
| 15.2 | Processamento, Preservação e Produção de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais | | 18.21-0 | Fabricação de Acessórios do Vestuário | 2 |
| 15.21-0 | Processamento, Preservação e Produção de Conservas de Frutas | 3 | 18.22-8 | Fabricação de Acessórios Para Segurança Industrial e Pessoal | 3 |
| 15.22-9 | Processamento, Preservação e Produção de Conservas de Legumes e Outros Vegetais | 3 | | | |
| 15.23-7 | Produção de Sucos de Frutas e de Legumes | 3 | 19 | Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados | |
| 15.3 | Produção de Óleos e Gorduras Vegetais e Animais | | 19.1 | Curtimento e Outras Preparações de Couro | |
| 15.31-8 | Produção de Óleos Vegetais em Bruto | 3 | 19.10-0 | Curtimento e Outras Preparações de Couro | 3 |
| 15.32-6 | Refino de Óleos Vegetais | 3 | 19.2 | Fabricação de Artigos Para Viagem e de Artefatos Diversos de Couro | |
| | | | 19.21-6 | Fabricação de Malas, Bolsas, Valises e Outros Artefatos Para Viagem, de Qualquer Material | 2 |
| | | | 19.29-1 | Fabricação de Outros Artefatos de Couro | 2 |
| | | | 19.3 | Fabricação de Calçados | |
| | | | 19.31-3 | Fabricação de Calçados de Couro | 2 |
| | | | 19.32-1 | Fabricação de Tênis de Qualquer Material | 2 |
| | | | 19.33-0 | Fabricação de Calçados de Plástico | 2 |
| | | | 19.39-9 | Fabricação de Calçados de Outros Materiais | 2 |
| | | | 20 | Fabricação de Produtos de Madeira | |
| | | | 20.1 | Desdobramento de Madeira | |
| | | | 20.10-9 | Desdobramento de Madeira | 3 |
| | | | 20.2 | Fabricação de Produtos de Madeira, Cortiça e Material Trançado - Exclusivo Móveis | |

| CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO | CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO |
|---------|--|---------------|---------|---|---------------|
| 20.21.4 | Fabricação de Madeira Laminada e de Chapas de Madeira Compensada, Prensada ou Aglomerada | 3 | 26 | Fabricação de Produtos de Minerais Não-metálicos | |
| 20.22.2 | Fabricação de Esquadrias de Madeira, de Casas de Madeira Pré-Fabricadas, de Estruturas de Madeira e Artigos de Carpintaria | 3 | 26.1 | Fabricação de Vidro e de Produtos do Vidro | |
| 20.23.0 | Fabricação de Artefatos de Tanoaria e Embalagens de Madeira | 3 | 26.11.5 | Fabricação de Vidro Plano e de Segurança | 3 |
| 20.29.0 | Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira, Palha, Cortiça e Material Trançado - Exclusivo Móveis | 3 | 26.12.3 | Fabricação de Vasilhames de Vidro | 3 |
| 21 | Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel | | 26.19.0 | Fabricação de Artigos de Vidro | 3 |
| 21.1 | Fabricação de Celulose e Outras Pastas Para a Fabricação de Papel | | 26.2 | Fabricação de Cimento | |
| 21.10.5 | Fabricação de Celulose e Outras Pastas Para a Fabricação de Papel | 3 | 26.20.4 | Fabricação de Cimento | 3 |
| 21.2 | Fabricação de Papel, Papelão Liso, Cartolina e Cartão | | 26.3 | Fabricação de Artefatos de Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Estuque | |
| 21.21.0 | Fabricação de Papel | 3 | 26.30.1 | Fabricação de Artefatos de Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Estuque | 3 |
| 21.22.9 | Fabricação de Papelão Liso, Cartolina e Cartão | 3 | 26.4 | Fabricação de Produtos Cerâmicos | |
| 21.3 | Fabricação de Embalagens de Papel Ou Papelão | | 26.41.7 | Fabricação de Produtos Cerâmicos Não-refratários Para Uso Estrutural na Construção Civil | 3 |
| 21.31.8 | Fabricação de Embalagens de Papel | 3 | 26.42.5 | Fabricação de Produtos Cerâmicos Refratários | 3 |
| 21.32.6 | Fabricação de Embalagens de Papelão - Inclusive a Fabricação de Papelão Corrugado | 3 | 26.49.2 | Fabricação de Produtos Cerâmicos Não-refratários Para Usos Diversos | 3 |
| 21.4 | Fabricação de Artefatos Diversos de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão | | 26.9 | Aparelhamento de Pedras e Fabricação de Cal e de Outros Produtos de Minerais Não-metálicos | |
| 21.41.5 | Fabricação de Artefatos de Papel, Papelão, Cartolina e Cartão Para Escritório | 2 | 26.91.3 | Britamento, Aparelhamento e Outros Trabalhos em Pedras (Não Associados à Extração) | 3 |
| 21.42.3 | Fabricação de Fitas e Formulários Contínuos - Impressos ou Não | 2 | 26.92.1 | Fabricação de Cal Virgem, Cal Hidratada e Gesso | 3 |
| 21.49.0 | Fabricação de Outros Artefatos de Pastas, Papel, Papelão, Cartolina e Cartão | 2 | 26.99.9 | Fabricação de Outros Produtos de Minerais Não-metálicos | 3 |
| 22 | Edição, Impressão e Reprodução de Gravações | | 27 | Metalurgia Básica | |
| 22.1 | Edição e Impressão | | 27.1 | Siderurgia Integrada | |
| 22.11.0 | Edição e Impressão de Jornais | 2 | 27.11.1 | Produção de Laminados Planos de Aço | 3 |
| 22.12.8 | Edição e Impressão de Revistas | 2 | 27.12.0 | Produção de Laminados Não-planos de Aço | 3 |
| 22.13.6 | Edição e Impressão de Livros | 2 | 27.2 | Fabricação de Produtos Siderúrgicos - Exclusivo em Siderúrgicas Integradas | |
| 22.14.4 | Edição de Discos, Fitas e Outros Materiais Gravados | 2 | 27.21.9 | Produção de Gusa | 3 |
| 22.19.5 | Edição e Impressão de Outros Produtos Gráficos | 2 | 27.22.7 | Produção de Ferro, Aço e Ferro-ligas em Formas Primárias e Semi-acabados | 3 |
| 22.2 | Impressão e Serviços Conexos Para Terceiros | | 27.29.4 | Produção de Relaminados, Trefilados e Retrefilados de Aço - Exclusivo Tubos | 3 |
| 22.21.7 | Impressão de Jornais, Revistas e Livros | 2 | 27.3 | Fabricação de Tubos - Exclusivo em Siderúrgicas Integradas | |
| 22.22.5 | Serviço de Impressão de Material Escolar e de Material Para Usos Industrial e Comercial | 2 | 27.31.6 | Fabricação de Tubos de Aço Com Costura | 3 |
| 22.29.2 | Execução de Outros Serviços Gráficos | 2 | 27.39.1 | Fabricação de Outros Tubos de Ferro e Aço | 3 |
| 22.3 | Reprodução de Materiais Gravados | | 27.4 | Metalurgia de Metais Não-ferrosos | |
| 22.31.4 | Reprodução de Discos e Fitas | 2 | 27.41.3 | Metalurgia do Alumínio e Suas Ligas | 3 |
| 22.32.2 | Reprodução de Fitas de Vídeos | 2 | 27.42.1 | Metalurgia dos Metais Preciosos | 3 |
| 22.33.0 | Reprodução de Filmes | 2 | 27.49.9 | Metalurgia de Outros Metais Não-ferrosos e Suas Ligas | 3 |
| 22.34.9 | Reprodução de Programas de Informática em Disquetes e Fitas | 2 | 27.5 | Fundição | |
| 23 | Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool | | 27.51.0 | Fabricação de Peças Fundidas de Ferro e Aço | 3 |
| 23.1 | Coquerias | | 27.52.9 | Fabricação de Peças Fundidas de Metais Não-ferrosos e Suas Ligas | 3 |
| 23.10.8 | Coquerias | 3 | 28 | Fabricação de Produtos de Metal - Exclusivo Máquinas e Equipamentos | |
| 23.2 | Refino de Petróleo | | 28.1 | Fabricação de Estruturas Metálicas e Obras de Caldeiraria Pesada | |
| 23.20.5 | Refino de Petróleo | 3 | 28.11.8 | Fabricação de Estruturas Metálicas Para Edifícios, Pontes, Torres de Transmissão, Andaimos e Outros Fins | 3 |
| 23.3 | Elaboração de Combustíveis Nucleares | | 28.12.6 | Fabricação de Esquadrias de Metal | 3 |
| 23.30.2 | Elaboração de Combustíveis Nucleares | 3 | 28.13.4 | Fabricação de Obras de Caldeiraria Pesada | 3 |
| 23.4 | Produção de Alcool | | 28.2 | Fabricação de Tanques, Caldeiras e Reservatórios Metálicos | |
| 23.40.0 | Produção de Alcool | 3 | 28.21.5 | Fabricação de Tanques, Reservatórios Metálicos e Caldeiras Para Aquecimento Central | 3 |
| 24 | Fabricação de Produtos Químicos | | 28.22.3 | Fabricação de Caldeiras Geradoras de Vapor - Exclusivo Para Aquecimento Central e Para Veículos | 3 |
| 24.1 | Fabricação de Produtos Químicos Inorgânicos | | 28.3 | Fofoja, Estamparia, Metalurgia do Pó e Serviços de Tratamento de Metais | |
| 24.11.2 | Fabricação de Cloreto e Alcalis | 3 | 28.31.2 | Produção de Fojados de Aço | 3 |
| 24.12.0 | Fabricação de Intermediários Para Fertilizantes | 3 | 28.32.0 | Produção de Fojados de Metais Não-ferrosos e Suas Ligas | 3 |
| 24.13.9 | Fabricação de Fertilizantes Fosfatados, Nitrogenados e Potássicos | 3 | 28.33.9 | Fabricação de Artefatos Estampados de Metal | 3 |
| 24.24.7 | Fabricação de Gases Industriais | 3 | 28.34.7 | Metalurgia do Pó | 3 |
| 24.29.8 | Fabricação de Outros Produtos Inorgânicos | 3 | 28.39.8 | Tempera, Cementação e Tratamento Térmico do Aço, Serviços de Usinagem, Galvano-técnica e Solda | 3 |
| 24.2 | Fabricação de Produtos Químicos Orgânicos | | 28.4 | Fabricação de Artigos de Cutelaria, de Serralheria e Ferramentas Manuais | |
| 24.21.0 | Fabricação de Produtos Petroquímicos Básicos | 3 | 28.41.0 | Fabricação de Artigos de Cutelaria | 3 |
| 24.22.8 | Fabricação de Intermediários Para Resinas e Fibras | 3 | 28.42.8 | Fabricação de Artigos de Serralheria - Exclusivo Esquadrias | 3 |
| 24.29.5 | Fabricação de Outros Produtos Químicos Orgânicos | 3 | 28.43.6 | Fabricação de Ferramentas Manuais | 3 |
| 24.3 | Fabricação de Resinas e Elastômeros | | 28.9 | Fabricação de Produtos Diversos de Metal | 3 |
| 24.31.7 | Fabricação de Resinas Termoplásticas | 3 | 28.91.6 | Fabricação de Embalagens Metálicas | 3 |
| 24.32.5 | Fabricação de Resinas Termofixas | 3 | 28.92.4 | Fabricação de Artefatos de Trefilados | 3 |
| 24.33.3 | Fabricação de Elastômeros | 3 | 28.93.2 | Fabricação de Artigos de Funilaria e de Artigos de Metal Para Usos Doméstico e Pessoal | 3 |
| 24.4 | Fabricação de Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Contínuos Artificiais e Sintéticos | | 28.99.1 | Fabricação de Outros Produtos Elaborados de Metal | 3 |
| 24.41.4 | Fabricação de Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Contínuos Artificiais | 3 | 29 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos | |
| 24.42.2 | Fabricação de Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Contínuos Sintéticos | 3 | 29.1 | Fabricação de Motores, Bombas, Compressores e Equipamentos de Transmissão | |
| 24.5 | Fabricação de Produtos Farmacêuticos | | 29.11.4 | Fabricação de Motores Estacionários de Combustão Interna, Turbinas e Outras Máquinas Motrizes Não-elétricas - Exclusivo Para Aviação e Veículos Rodoviários | 3 |
| 24.51.1 | Fabricação de Produtos Farmacêuticos | 3 | 29.12.2 | Fabricação de Bombas e Camesos Hidráulicos | 3 |
| 24.52.0 | Fabricação de Medicamentos Para Uso Humano | 2 | 29.13.0 | Fabricação de Válvulas, Torneiras e Registros | 3 |
| 24.53.8 | Fabricação de Medicamentos Para Uso Veterinário | 3 | 29.14.9 | Fabricação de Compressores | 3 |
| 24.54.6 | Fabricação de Materiais Para Usos Médicos, Hospitalares e Odontológicos | 3 | 29.15.7 | Fabricação de Equipamentos de Transmissão Para Fins Industriais-Inclusive Rolamentos | 3 |
| 24.6 | Fabricação de Defensivos Agrícolas | | 29.2 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral | |
| 24.61.9 | Fabricação de Inseticidas | 3 | 29.21.1 | Fabricação de Fornos Industriais, Aparelhos e Equipamentos Não-elétricos Para Instalações Térmicas | 3 |
| 24.62.7 | Fabricação de Fungicidas | 3 | 29.22.0 | Fabricação de Estufas e Fornos Elétricos Para Fins Industriais | 3 |
| 24.63.5 | Fabricação de Herbicidas | 3 | 29.23.8 | Fabricação de Máquinas, Equipamentos e Aparelhos Para Transporte e Elevação de Cargas e Pessoas | 3 |
| 24.69.4 | Fabricação de Outros Defensivos Agrícolas | 3 | 29.24.6 | Fabricação de Máquinas e Aparelhos de Refrigeração e Ventilação de Uso Industrial | 3 |
| 24.7 | Fabricação de Sabões, Detergentes, Produtos de Limpeza e Artigos de Perfumaria | | 29.25.4 | Fabricação de Aparelhos de Ar-condicionado | 3 |
| 24.71.6 | Fabricação de Sabões, Sabonetes e Detergentes Sintéticos | 3 | 29.29.7 | Fabricação de Outras Máquinas e Equipamentos de Uso Geral | 3 |
| 24.72.4 | Fabricação de Produtos de Limpeza e Polimento | 3 | 29.3 | Fabricação de Tratores e de Máquinas e Equipamentos Para a Agricultura, Avicultura e Obtenção de Produtos Animais | |
| 24.73.2 | Fabricação de Artigos de Perfumaria e Cosméticos | 2 | 29.31.9 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos Para Agricultura, Avicultura e Obtenção de Produtos Animais | 3 |
| 24.8 | Fabricação de Tintas, Vernizes, Esmaltes, Lacas e Produtos Afins | | 29.32.7 | Fabricação de Tratores Agrícolas | 3 |
| 24.81.3 | Fabricação de Tintas, Vernizes, Esmaltes e Lacas | 3 | 29.4 | Fabricação de Máquinas-ferramenta | |
| 24.82.1 | Fabricação de Tintas de Impressão | 3 | 29.40.8 | Fabricação de Máquinas-ferramenta | 3 |
| 24.83.0 | Fabricação de Impemneabilizantes, Solventes e Produtos Afins | 3 | 29.5 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos Para as Indústrias de Extração Mineral e Construção | |
| 24.9 | Fabricação de Produtos e Preparados Químicos Diversos | | 29.51.3 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos Para a Indústria de Prospeção e Extração de Petróleo | 3 |
| 24.91.0 | Fabricação de Adesivos e Selantes | 3 | 29.52.1 | Fabricação de Outras Máquinas e Equipamentos Para a Extração de Minérios e Indústria da Construção | 3 |
| 24.92.9 | Fabricação de Explosivos | 3 | 29.53.0 | Fabricação de Tratores de Esteira e Tratores de Uso Na Construção e Mineração | 3 |
| 24.93.7 | Fabricação de Catalisadores | 3 | 29.54.8 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Terraplanagem e Pavimentação | 3 |
| 24.94.5 | Fabricação de Adesivos de Uso Industrial | 3 | 29.6 | Fabricação de Outras Máquinas e Equipamentos de Uso Específico | |
| 24.95.3 | Fabricação de Chapas, Filmes, Papéis e Outros Materiais e Produtos Químicos Para Fotografia | 3 | 29.61.0 | Fabricação de Máquinas Para a Indústria Metalúrgica - Exclusivo Máquinas-ferramenta | 3 |
| 24.96.1 | Fabricação de Discos e Fitas Virgens | 3 | 29.62.9 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos Para as Indústrias Alimentar, de Bebida e Fumo | 3 |
| 24.99.6 | Fabricação de Outros Produtos Químicos Não Especificados ou Não Classificados | 3 | 29.63.7 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos Para a Indústria Têxtil | 3 |
| 25 | Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico | | 29.64.5 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos Para as Indústrias do Vestuário e de Couro e Calçados | 3 |
| 25.1 | Fabricação de Artigos de Borracha | | | | |
| 25.11.9 | Fabricação de Pneumáticos e de Câmaras-de-ar | 3 | | | |
| 25.12.7 | Recondicionamento de Pneumáticos | 3 | | | |
| 25.19.4 | Fabricação de Artefatos Diversos de Borracha | 3 | | | |
| 25.2 | Fabricação de Produtos de Plástico | | | | |
| 25.21.6 | Fabricação de Laminados Planos e Tubulares de Plástico | 3 | | | |
| 25.22.4 | Fabricação de Embalagens de Plástico | 3 | | | |
| 25.29.1 | Fabricação de Artefatos Diversos de Plástico | 3 | | | |

| CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO | CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO |
|---------|---|---------------|--|--|---------------|
| 29.65-3 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos Para As Indústrias de Celulose, Papel e Papelão e Artefatos | 3 | 35.21-1 | Construção e Montagem de Locomotivas, Vagões e Outros Materiais Rodantes | 3 |
| 29.69-6 | Fabricação de Outras Máquinas e Equipamentos de Uso Específico | 3 | 35.22-0 | Fabricação de Peças e Acessórios Para Veículos Ferroviários | 3 |
| 29.7 | Fabricação de Armas, Munições e Equipamentos Militares | 3 | 35.23-8 | Reparação de Veículos Ferroviários | 3 |
| 29.71-8 | Fabricação de Armas de Fogo e Munições | 3 | 35.3 | Construção, Montagem e Reparação de Aeronaves | 3 |
| 29.72-6 | Fabricação de Equipamento Bélico Pesado | 3 | 35.31-9 | Construção e Montagem de Aeronaves | 3 |
| 29.8 | Fabricação de Eletrodomésticos | 3 | 35.32-7 | Reparação de Aeronaves | 3 |
| 29.81-5 | Fabricação de Fogões, Refrigeradores e Máquinas de Lavar e Secar Para Uso Doméstico | 2 | 35.9 | Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte | 3 |
| 29.89-0 | Fabricação de Outros Aparelhos Eletrodomésticos | 2 | 35.91-2 | Fabricação de Motocicletas | 3 |
| | | | 35.92-0 | Fabricação de Bicicletas e Triciclos Não-motorizados | 3 |
| | | | 35.99-8 | Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte | 3 |
| 30 | Fabricação de Máquinas Para Escritório e Equipamentos de Informática | | 36 | Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas | |
| 30.1 | Fabricação de Máquinas Para Escritório | | 36.1 | Fabricação de Artigos do Mobiliário | |
| 30.11-2 | Fabricação de Máquinas de Escrever e Calcular, Copiadoras e Outros Equipamentos Não-eletrônicos Para Escritório | 3 | 36.11-0 | Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira | 3 |
| 30.12-0 | Fabricação de Máquinas de Escrever e Calcular, Copiadoras e Outros Equipamentos Eletrônicos Destinados à Automação Gerencial e Comercial | 3 | 36.12-9 | Fabricação de Móveis com Predominância de Metal | 3 |
| 30.2 | Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Sistemas Eletrônicos Para Processamento de Dados | 3 | 36.13-7 | Fabricação de Móveis de Outros Materiais | 3 |
| 30.21-0 | Fabricação de Computadores | 2 | 36.14-5 | Fabricação de Colchões | 3 |
| 30.22-8 | Fabricação de Equipamentos Periféricos Para Máquinas Eletrônicas Para Tratamento de Informações | 2 | 36.9 | Fabricação de Produtos Diversos | |
| | | | 36.91-9 | Lapidação de Pedras Preciosas e Semipreciosas, Fabricação de Artefatos de Ourivesaria e Joalheria | 3 |
| 31 | Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos | | 36.92-7 | Fabricação de Instrumentos Musicais | 2 |
| 31.1 | Fabricação de Geradores, Transformadores e Motores Elétricos | | 36.93-5 | Fabricação de Artefatos Para Caça, Pesca e Esporte | 2 |
| 31.11-9 | Fabricação de Geradores de Corrente Contínua ou Alternada | 3 | 36.94-3 | Fabricação de Brinquedos e de Jogos Recreativos | 2 |
| 31.12-7 | Fabricação de Transformadores, Indutores, Conversores, Sincronizadores e Semelhantes | 3 | 36.95-1 | Fabricação de Canetas, Lápis, Fitas Impressoras Para Máquinas e Outros Artigos Para Escritório | 3 |
| 31.13-5 | Fabricação de Motores Elétricos | 3 | 36.96-0 | Fabricação de Aviaamentos Para Costura | 3 |
| 31.2 | Fabricação de Equipamentos Para Distribuição e Controle de Energia Elétrica | 3 | 36.97-8 | Fabricação de Escovas, Pincéis e Vassouras | 2 |
| 31.21-6 | Fabricação de Subestações, Quadros de Comando, Reguladores de Voltagem e Outros Aparelhos e Equipamentos Para Distribuição e Controle de Energia | 3 | 36.99-4 | Fabricação de Produtos Diversos | 2 |
| 31.22-4 | Fabricação de Material Elétrico Para Instalações em Circuito de Consumo | 3 | 37 | Reciclagem | |
| 31.3 | Fabricação de Fios, Cabos e Condutores Elétricos Isolados | 3 | 37.1 | Reciclagem de Sucatas Metálicas | |
| 31.30-5 | Fabricação de Fios, Cabos e Condutores Elétricos Isolados | 3 | 37.10-9 | Reciclagem de Sucatas Metálicas | 3 |
| 31.4 | Fabricação de Pilhas, Baterias e Acumuladores Elétricos | | 37.2 | Reciclagem de Sucatas Não-metálicas | |
| 31.41-0 | Fabricação de Pilhas, Baterias e Acumuladores Elétricos - Exclusiva Para Veículos | 3 | 37.20-6 | Reciclagem de Sucatas Não-metálicas | 3 |
| 31.42-9 | Fabricação de Baterias e Acumuladores Para Veículos | 3 | | | |
| 31.5 | Fabricação de Lâmpadas e Equipamentos de Iluminação | | E - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA | | |
| 31.51-8 | Fabricação de Lâmpadas | 3 | 40 | Eleticidade, Gás e Água Quente | |
| 31.52-6 | Fabricação de Luminárias e Equipamentos de Iluminação - Exclusiva Para Veículos | 3 | 40.1 | Produção e Distribuição de Energia Elétrica | |
| 31.6 | Fabricação de Material Elétrico Para Veículos - Exclusiva Baterias | 3 | 40.10-0 | Produção e Distribuição de Energia Elétrica | 3 |
| 31.60-7 | Fabricação de Material Elétrico Para Veículos - Exclusiva Baterias | 3 | 40.2 | Produção e Distribuição de Gás Através de Tubulações | |
| 31.9 | Fabricação de Outros Equipamentos e Aparelhos Elétricos | | 40.20-7 | Produção e Distribuição de Gás Através de Tubulações | 3 |
| 31.91-7 | Fabricação de Eletrodos, Contatos e Outros Artigos de Carvão e Grafita Para Uso Elétrico, Eletroímãs e Isoladores | 3 | 40.3 | Produção e Distribuição de Vapor e Água Quente | |
| 31.92-5 | Fabricação de Aparelhos e Utensílios Para Sinalização e Alarme | 3 | 40.30-4 | Produção e Distribuição de Vapor e Água Quente | 3 |
| 31.99-2 | Fabricação de Outros Aparelhos ou Equipamentos Elétricos | 3 | | | |
| 32 | Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações | | 41 | Captação, Tratamento e Distribuição de Água | |
| 32.1 | Fabricação de Material Eletrônico Básico | | 41.0 | Captação, Tratamento e Distribuição de Água | |
| 32.10-7 | Fabricação de Material Eletrônico Básico | 3 | 41.00-9 | Captação, Tratamento e Distribuição de Água | 3 |
| 32.2 | Fabricação de Aparelhos e Equipamentos de Telefonia e Radiotelegrafia e de Transmissores de Televisão e Rádio | | | | |
| 32.21-2 | Fabricação de Equipamentos Transmissores de Rádio e Televisão e de Equipamentos Para Estações Telefônicas, Para Radiotelegrafia e Radiotelegrafia - Inclusive de Microondas e Repetidoras | 3 | F - CONSTRUÇÃO | | |
| 32.22-0 | Fabricação de Aparelhos Telefônicos, Sistemas de Intercomunicação e Semelhantes | 3 | 45 | Construção | |
| 32.3 | Fabricação de Aparelhos Receptores de Rádio e Televisão e de Reprodução, Gravação ou Amplificação de Som e Vídeo | | 45.1 | Preparação do Terreno | |
| 32.30-1 | Fabricação de Aparelhos Receptores de Rádio e Televisão e de Reprodução, Gravação ou Amplificação de Som e Vídeo | 2 | 45.11-0 | Demolição e Preparação do Terreno | 3 |
| | | | 45.12-8 | Perfurações e Execução de Fundações Destinadas à Construção Civil | 3 |
| 33 | Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-hospitalares, Instrumentos de Precisão e Óticos, Equipamentos Para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios | | 45.13-6 | Grandes Movimentações de Terra | 3 |
| 33.1 | Fabricação de Aparelhos e Instrumentos Para Usos Médico-hospitalares, Odontológicos e de Laboratórios e Aparelhos Ortopédicos | | | | |
| 33.10-3 | Fabricação de Aparelhos e Instrumentos Para Usos Médico-hospitalares, Odontológicos e de Laboratórios e Aparelhos Ortopédicos | 3 | 45.2 | Construção de Edifícios e Obras de Engenharia Civil | |
| 33.2 | Fabricação de Aparelhos e Instrumentos de Medida, Teste e Controle - Exclusiva Equipamentos Para Controle de Processos Industriais | | 45.21-7 | Edificações (Residenciais, Industriais, Comerciais e de Serviços) - Inclusive Ampliação e Reformas Completas | 3 |
| 33.20-0 | Fabricação de Aparelhos e Instrumentos de Medida, Teste e Controle - Exclusiva Equipamentos Para Controle de Processos Industriais | 3 | 45.22-5 | Obras Viárias - Inclusive Manutenção | 3 |
| 33.3 | Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos de Sistemas Eletrônicos Dedicados à Automação Industrial e Controle do Processo Produtivo | | 45.23-3 | Grandes Estruturas e Obras de Arte | 3 |
| 33.30-8 | Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos de Sistemas Eletrônicos Dedicados à Automação Industrial e Controle do Processo Produtivo | 3 | 45.24-1 | Obras de Urbanização e Paisagismo | 3 |
| 33.4 | Fabricação de Aparelhos, Instrumentos e Materiais Óticos, Fotográficos e Cinematográficos | | 45.25-0 | Montagens Industriais | 3 |
| 33.40-5 | Fabricação de Aparelhos, Instrumentos e Materiais Óticos, Fotográficos e Cinematográficos | 3 | 45.29-2 | Obras de Outros Tipos | 3 |
| 33.5 | Fabricação de Cronômetros e Relógios | | 45.3 | Obras de Infra-estrutura Para Engenharia Elétrica, Eletrônica e Engenharia Ambiental | |
| 33.50-2 | Fabricação de Cronômetros e Relógios | 3 | 45.31-4 | Construção de Barragens e Represas Para Geração de Energia Elétrica | 3 |
| 34 | Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias | | 45.32-2 | Construção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica | 3 |
| 34.1 | Fabricação de Automóveis, Camionetas e Utilitários | | 45.33-0 | Construção de Estações e Redes de Telefonia e Comunicação | 3 |
| 34.10-0 | Fabricação de Automóveis, Camionetas e Utilitários | 2 | 45.34-9 | Construção de Obras de Prevenção e Recuperação do Meio Ambiente | 3 |
| 34.2 | Fabricação de Caminhões e Ônibus | | 45.4 | Obras de Instalações | |
| 34.20-7 | Fabricação de Caminhões e Ônibus | 2 | 45.41-1 | Instalações Elétricas | 3 |
| 34.3 | Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques | | 45.42-0 | Instalações de Sistemas de Ar Condicionado, de Ventilação e Refrigeração | 3 |
| 34.31-2 | Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques Para Caminhão | 3 | 45.43-8 | Instalações Hidráulicas, Sanitárias, de Gás, de Sistema de Prevenção Contra Incêndio, de Pânico, de Segurança e Alarme | 3 |
| 34.32-0 | Fabricação de Carrocerias Para Ônibus | 3 | 45.49-7 | Outras Obras de Instalações | 3 |
| 34.39-8 | Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques Para Outros Veículos | 3 | 45.8 | Obras de Acabamentos e Serviços Auxiliares da Construção | |
| 34.4 | Fabricação de Peças e Acessórios Para Veículos Automotores | | 45.51-9 | Alvenaria e Reboço | 3 |
| 34.41-0 | Fabricação de Peças e Acessórios Para o Sistema Motor | 2 | 45.52-7 | Impermeabilização e Serviços de Pintura em Geral | 3 |
| 34.42-8 | Fabricação de Peças e Acessórios Para o Sistema de Marcha e Transmissão | 2 | 45.59-4 | Outros Serviços Auxiliares da Construção | 3 |
| 34.43-6 | Fabricação de Peças e Acessórios Para o Sistema de Freios | 2 | 45.6 | Aluguel de Equipamentos de Construção e Demolição Com Operários | |
| 34.44-4 | Fabricação de Peças e Acessórios Para o Sistema de Direção e Suspensão | 2 | 45.60-8 | Aluguel de Equipamentos de Construção e Demolição Com Operários | 3 |
| 34.49-5 | Fabricação de Peças e Acessórios de Metal Para Veículos Automotores Não Classificados em Outra Classe | 2 | | | |
| 34.5 | Recondicionamento ou Recuperação de Motores Para Veículos Automotores | | G - COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS | | |
| 34.50-9 | Recondicionamento ou Recuperação de Motores Para Veículos Automotores | 3 | 50 | Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Comércio a Varejo de Combustíveis | |
| 35 | Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte | | 50.1 | Comércio a Varejo e Por Atacado de Veículos Automotores | |
| 35.1 | Construção e Reparação de Embarcações | | 50.10-5 | Comércio a Varejo e Por Atacado de Veículos Automotores | 2 |
| 35.11-4 | Construção e Reparação de Embarcações e Estruturas Flutuantes | 3 | 50.2 | Manutenção e Reparação de Veículos Automotores | 3 |
| 35.12-2 | Construção e Reparação de Embarcações Para Esporte e Lazer | 3 | 50.20-2 | Manutenção e Reparação de Veículos Automotores | |
| 35.2 | Construção, Montagem e Reparação de Veículos Ferroviários | | 50.3 | Comércio a Varejo e Por Atacado de Peças e Acessórios Para Veículos Automotores | 2 |
| | | | 50.30-0 | Comércio a Varejo e Por Atacado de Peças e Acessórios Para Veículos Automotores | |
| | | | 50.4 | Comércio, Manutenção e Reparação de Motocicletas, Partes, Peças e Acessórios | 2 |
| | | | 50.41-5 | Comércio a Varejo e Por Atacado de Motocicletas, Partes, Peças e Acessórios | 2 |
| | | | 50.42-3 | Manutenção e Reparação de Motocicletas | 3 |
| | | | 50.5 | Comércio a Varejo de Combustíveis | |
| | | | 50.50-4 | Comércio a Varejo de Combustíveis | 3 |
| | | | 51 | Comércio Por Atacado e Intermediários do Comércio | |
| | | | 51.1 | Intermediários do Comércio | |
| | | | 51.11-0 | Intermediários do Comércio de Matérias-primas Agrícolas, Animais vivos, Matérias-primas Têxteis e Produtos Semi-acabados | 2 |
| | | | 51.12-8 | Intermediários do Comércio de Combustíveis, Minerais, Metais e Produtos Químicos Industriais | 3 |
| | | | 51.13-6 | Intermediários do Comércio de Madeira, Material de Construção e Ferragens | 3 |

| CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO | CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO |
|---------|---|---------------|---|---|---------------|
| 51.14-4 | Intermediários do Comércio de Máquinas, Equipamentos Industriais, Embarcações e Aeronaves | 2 | H - ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO | | |
| 51.15-2 | Intermediários do Comércio de Móveis e Artigos de Uso Doméstico | 2 | 55 | Alojamento e Alimentação | |
| 51.16-0 | Intermediários do Comércio de Têxteis, Vestuário, Calçados e Artigos de Couro | 2 | 55.1 | Estabelecimentos Hoteleiros e Outros Tipos de Alojamento Temporário | |
| 51.17-9 | Intermediários do Comércio de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo | 2 | 55.11.5 | Estabelecimentos Hoteleiros, Com Restaurante | 2 |
| 51.18-7 | Intermediários do Comércio Especializado em Produtos Não Especificados Anteriormente | 2 | 55.12-3 | Estabelecimentos Hoteleiros, Sem Restaurante | 2 |
| 51.19-5 | Intermediários do Comércio de Mercadorias em Geral (Não Especializados) | 2 | 55.19-0 | Outros Tipos de Alojamento | 2 |
| 51.2 | Comércio Atacadista de Produtos Agropecuários <i>In Natura</i>, Produtos Alimentícios Para Animais | 2 | 55.2 | Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação | |
| 51.21-7 | Comércio Atacadista de Produtos Agrícolas <i>In Natura</i> ; Produtos Alimentícios Para Animais | 3 | 55.21-2 | Restaurantes e Estabelecimentos de Bebidas, Com Serviço Completo | 2 |
| 51.22-5 | Comércio Atacadista de Animais Vivos | 3 | 55.22-0 | Lanchonetes e Similares | 2 |
| 51.3 | Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo | 3 | 55.23-9 | Cantinas (Serviços de Alimentação Privativos) | 2 |
| 51.31-4 | Comércio Atacadista de Leite e Produtos do Leite | 3 | 55.24-7 | Fornecimento de Comida Preparada | 2 |
| 51.32-2 | Comércio Atacadista de Cereais Beneficiados, Farinhas, Amidos e Féculas | 3 | 55.29-8 | Outros Serviços de Alimentação | 2 |
| 51.33-0 | Comércio Atacadista de Hortifrutigranjeiros | 3 | I - TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES | | |
| 51.34-9 | Comércio Atacadista de Carnes e Produtos da Carne | 3 | 60 | Transporte Terrestre | |
| 51.35-7 | Comércio Atacadista de Pescados | 3 | 60.1 | Transporte Ferroviário Interurbano | |
| 51.36-5 | Comércio Atacadista de Bebidas | 3 | 60.10-0 | Transporte Ferroviário Interurbano | 3 |
| 51.37-3 | Comércio Atacadista de Produtos do Fumo | 3 | 60.2 | Outros Transportes Terrestres | |
| 51.39-0 | Comércio Atacadista de Outros Produtos Alimentícios, Não Especificados Anteriormente | 3 | 60.21-6 | Transporte Ferroviário de Passageiros, Urbano | 3 |
| 51.4 | Comércio Atacadista de Artigos de Uso Pessoal e Doméstico | 3 | 60.22-4 | Transporte Metroviário | 3 |
| 51.41-1 | Comércio Atacadista de Fios Têxteis, Tecidos, Artefatos de Tecidos e de Amarrinho | 2 | 60.23-2 | Transporte Rodoviário de Passageiros, Regular, Urbano | 3 |
| 51.42-0 | Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário e Complementos | 2 | 60.24-0 | Transporte Rodoviário de Passageiros, Regular, Não Urbano | 3 |
| 51.43-8 | Comércio Atacadista de Calçados | 2 | 60.25-9 | Transporte Rodoviário de Passageiros, Não Regular | 3 |
| 51.44-6 | Comércio Atacadista de Eletrodomésticos e Outros Equipamentos de Uso Pessoal e Doméstico | 2 | 60.26-7 | Transporte Rodoviário de Cargas em Geral | 3 |
| 51.45-4 | Comércio Atacadista de Produtos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e Odontológicos | 2 | 60.27-5 | Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos | 3 |
| 51.46-2 | Comércio Atacadista de Cosméticos e Produtos de Perfumaria | 2 | 60.28-3 | Transporte Rodoviário de Mudanças | 3 |
| 51.47-0 | Comércio Atacadista de Artigos de Escritório e de Papelaria; Papel, Papelão e Seus Artefatos; Livros, Jornais e Outras Publicações | 2 | 60.29-1 | Transporte Regular em Bondes, Funiculares, Teleféricos ou Trens Próprios Para Expiação de Pontos Turísticos | 3 |
| 51.49-7 | Comércio Atacadista de Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico, Não Especializados Anteriormente | 2 | 60.3 | Transporte Dutoviário | |
| 51.5 | Comércio Atacadista de Produtos Intermediários Não Agropecuários, Resíduos e Sucatas | 3 | 60.30-5 | Transporte Dutoviário | 3 |
| 51.51-9 | Comércio Atacadista de Combustíveis | 3 | 61 | Transporte Aquaviário | |
| 51.52-7 | Comércio Atacadista de Produtos Extrativos de Origem Mineral | 3 | 61.1 | Transporte Marítimo de Cabotagem e Longo Curso | |
| 51.53-5 | Comércio Atacadista de Madeira, Material de Construção, Ferragens e Ferramentas | 3 | 61.11-5 | Transporte Marítimo de Cabotagem | 3 |
| 51.54-3 | Comércio Atacadista de Produtos Químicos | 3 | 61.12-3 | Transporte Marítimo de Longo Curso | 3 |
| 51.55-1 | Comércio Atacadista de Resíduos e Sucatas | 3 | 61.2 | Outros Transportes Aquaviários | |
| 51.59-4 | Comércio Atacadista de Outros Produtos Intermediários Não Agropecuários, Não Especificados Anteriormente | 3 | 61.21-2 | Transporte Por Navegação Interior de Passageiros | 3 |
| 51.6 | Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Usos Agropecuário, Comercial, de Escritório, Industrial, Técnico e Profissional | 2 | 61.22-0 | Transporte Por Navegação Interior de Carga | 3 |
| 51.61-6 | Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Uso Agropecuário | 2 | 61.23-9 | Transporte Aquaviário Urbano | 3 |
| 51.62-4 | Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Para o Comércio | 2 | 62 | Transporte Aéreo | |
| 51.63-2 | Comércio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Para Escritório | 2 | 62.1 | Transporte Aéreo, Regular | |
| 51.69-1 | Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Usos Industrial, Técnico e Profissional e Outros Usos, Não Especificados Anteriormente | 2 | 62.10-3 | Transporte Aéreo, Regular | 2 |
| 51.9 | Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral ou Não Compreendidas Nos Grupos Anteriores | 3 | 62.2 | Transporte Aéreo, Não Regular | |
| 51.91-8 | Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral (Não Especializado) | 3 | 62.20-0 | Transporte Aéreo, Não Regular | 2 |
| 51.92-6 | Comércio Atacadista Especializado em Mercadorias Não Especificadas Anteriormente | 3 | 62.3 | Transporte Espacial | |
| 62 | Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos | 2 | 62.30-8 | Transporte Espacial | |
| 62.1-3 | Comércio Varejista Não Especializado | 2 | 63 | Atividades Anexas e Auxiliares do Transporte e Agências de Viagem | |
| 62.11-6 | Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, Com Predominância de Produtos Alimentícios, Com Área de Venda Superior a 5000 Metros Quadrados - Hipermercados | 2 | 63.1 | Movimentação e Armazenamento de Cargas | |
| 62.12-4 | Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, Com Predominância de Produtos Alimentícios, Com Área de Venda Entre 300 e 5000 Metros Quadrados - Supermercados | 2 | 63.11-8 | Carga e Descarga | 3 |
| 62.13-2 | Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, Com Predominância de Produtos Alimentícios, Com Área de Venda Inferior a 300 Metros Quadrados - Exclusive Lojas de Conveniência | 2 | 63.12-6 | Armazenamento e Depósitos de Cargas | 3 |
| 62.14-0 | Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, Com Predominância de Produtos Alimentícios Industrializados - Lojas de Conveniência | 2 | 63.2 | Atividades Auxiliares Aos Transportes | |
| 62.15-9 | Comércio Varejista Não Especializado, Sem Predominância de Produtos Alimentícios | 2 | 63.21-5 | Atividades Auxiliares Aos Transportes Terrestres | 3 |
| 62.2 | Comércio Varejista de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo, em Lojas Especializadas | 2 | 63.22-3 | Atividades Auxiliares aos Transportes Aquaviários | 3 |
| 62.21-3 | Comércio Varejista de Produtos de Padaria, de Laticínios, Frios e Conservas | 2 | 63.23-1 | Atividades Auxiliares aos Transportes Aéreos | 3 |
| 62.22-1 | Comércio Varejista de Doces, Bolas, Bombons, Confeitos e Semelhantes | 2 | 63.3 | Atividades de Agências de Viagem e Organizadores de Viagem | |
| 62.23-0 | Comércio Varejista de Carnes - Açougues | 3 | 63.30-4 | Atividades de Agências de Viagens e Organizadores de Viagem | 2 |
| 62.24-8 | Comércio Varejista de Bebidas | 2 | 63.4 | Atividades Relacionadas à Organização do Transporte de Cargas | |
| 62.29-9 | Comércio Varejista de Outros Produtos Alimentícios Não Especificados Anteriormente e de Produtos do Fumo | 2 | 63.40-1 | Atividades Relacionadas à Organização do Transporte de Cargas | 2 |
| 62.3 | Comércio Varejista de Tecidos, Artigos de Amarrinho, Vestuário e Calçados, em Lojas Especializadas | 1 | 64 | Correio e Telecomunicações | |
| 62.31-0 | Comércio Varejista de Tecidos e Artigos de Amarrinho | 1 | 64.1 | Correio | |
| 62.32-9 | Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Complementos | 1 | 64.11-4 | Atividades de Correio Nacional | 1 |
| 62.33-7 | Comércio Varejista de Calçados, Artigos de Couro e Viagem | 1 | 64.12-2 | Outras Atividades de Correio | 2 |
| 62.4 | Comércio Varejista de Outros Produtos, em Lojas Especializadas | 1 | 64.2 | Telecomunicações | |
| 62.41-8 | Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Artigos Médicos e Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos | 1 | 64.20-3 | Telecomunicações | 1 |
| 62.42-6 | Comércio Varejista de Máquinas e Aparelhos de Usos Doméstico e Pessoal, Discos e Instrumentos Musicais | 2 | J - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | |
| 62.43-4 | Comércio Varejista de Móveis, Artigos de Iluminação e Outros Artigos Para Residência | 2 | 65 | Intermediação Financeira, Exclusiva Seguros e Previdência Privada | |
| 62.44-2 | Comércio Varejista de Material de Construção, Ferragens, Ferramentas Manuais e Produtos Metalúrgicos; Vidros, Espelhos e Vitrais; Tintas e Madeiras | 2 | 65.1 | Banco Central | |
| 62.45-0 | Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais Para Escritório, Informática e Comunicação | 2 | 65.10-2 | Banco Central | 1 |
| 62.46-9 | Comércio Varejista de Livros, Jornais, Revistas e Papelaria | 1 | 65.2 | Intermediação Monetária - Depósitos à Vista | |
| 62.47-7 | Comércio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (G.L.P.) | 3 | 65.21-8 | Bancos Comerciais | 1 |
| 62.49-3 | Comércio Varejista de Outros Produtos Não Especificados Anteriormente | 2 | 65.22-6 | Bancos Múltiplos (Com Carteira Comercial) | 1 |
| 62.5 | Comércio Varejista de Artigos Usados, em Lojas | 2 | 65.23-4 | Caixas Econômicas | 1 |
| 62.50-7 | Comércio Varejista de Artigos Usados, em Lojas | 2 | 65.24-2 | Cooperativas de Crédito | 1 |
| 62.6 | Comércio Varejista Não Realizado em Lojas | 2 | 65.3 | Intermediação Monetária - Outros Tipos de Depósitos | |
| 62.61-2 | Comércio Varejista de Artigos em Geral, Por Catálogo ou Por Pedidos Pelo Correio | 2 | 65.31-5 | Bancos Múltiplos (Sem Carteira Comercial) | 1 |
| 62.69-8 | Comércio Varejista Realizado em Vias Públicas, Postos Móveis, Através de Máquinas Automáticas e e Doméstico | 2 | 65.32-3 | Bancos de Investimento | 1 |
| 62.7 | Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos | 2 | 65.33-1 | Bancos de Desenvolvimento | 1 |
| 62.71-0 | Reparação e Manutenção de Máquinas e de Aparelhos Eletrodomésticos | 2 | 65.34-0 | Crédito Imobiliário | 1 |
| 62.72-8 | Reparação de Calçados | 2 | 65.35-8 | Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento | 1 |
| 62.73-6 | Reparação de Outros Objetos Pessoais e Domésticos | 2 | 65.4 | Arrendamento Mercantil | |
| | | | 65.40-4 | Arrendamento Mercantil | 1 |
| | | | 65.5 | Outras Atividades de Concessão de Crédito | |
| | | | 65.51-0 | Agências de Desenvolvimento | 1 |
| | | | 65.59-5 | Outras Atividades de Concessão de Crédito | 1 |
| | | | 65.6 | Outras Atividades de Intermediação Financeira, Não Especificadas Anteriormente | |
| | | | 65.61-9 | Fundos Mútuos de Investimento | 1 |
| | | | 65.62-7 | Sociedades de Capitalização | 1 |
| | | | 65.69-4 | Outras Atividades de Intermediação Financeira, Não Especificadas Anteriormente | 1 |
| | | | 66 | Seguros e Previdência Privada | |
| | | | 66.1 | Seguros de Vida e Não-vida | |
| | | | 66.11-7 | Seguros de Vida | 1 |
| | | | 66.12-5 | Seguros Não-vida | 1 |
| | | | 66.13-3 | Ressurgimentos | 1 |

| CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO | CÓDIGO | ATIVIDADE | GRAU DE RISCO |
|---|--|---------------|--|--|---------------|
| 66.2 | Previdência Privada | | 75.22-1 | Defesa | 2 |
| 66.21-4 | Previdência Privada Fechada | 1 | 75.23-0 | Justiça | 2 |
| 66.22-2 | Previdência Privada Aberta | 1 | 75.24-8 | Segurança e Ordem Pública | 2 |
| 66.3 | Planos de Saúde | | 75.25-6 | Defesa Civil | 2 |
| 66.30-3 | Planos de Saúde | 1 | 75.3 | Seguridade Social | |
| | | | 75.30-2 | Seguridade Social | 1 |
| 67 | Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira | | M - EDUCAÇÃO | | |
| 67.1 | Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira, Exclusivo Seguros e Previdência Privada | | 80 | Educação | |
| 67.11-3 | Administração de Mercados Bursáteis | 2 | 80.1 | Educação Pré-escolar e Fundamental | |
| 67.12-1 | Atividades de Intermediários em Transações de Títulos e Valores Mobiliários | 2 | 80.11-0 | Educação Pré-escolar | 1 |
| 67.19-9 | Outras Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira, Não Especificadas Anteriormente | 2 | 80.12-8 | Educação Fundamental | 1 |
| 67.2 | Atividades Auxiliares dos Seguros e da Previdência Privada | | 80.2 | Educação Média de Formação Geral, Profissionalizante Ou Técnica | |
| 67.20-2 | Atividades Auxiliares dos Seguros e da Previdência Privada | 1 | 80.21-7 | Educação Média de Formação Geral | 1 |
| | | | 80.22-5 | Educação Média de Formação Técnica e Profissional | 1 |
| K - ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUEIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS | | | 80.3 | Educação Superior | |
| 70 | Atividades Imobiliárias | | 80.30-6 | Educação Superior | 1 |
| 70.1 | Incorporação de Imóveis Por Conta Própria | | 80.9 | Formação Permanente e Outras Atividades de Ensino | |
| 70.10-6 | Incorporação de Imóveis Por Conta Própria | 1 | 80.91-8 | Ensino em Auto-escolas e Cursos de Pilotagem | 3 |
| 70.2 | Aluguel de Imóveis | | 80.92-6 | Educação Supletiva | 1 |
| 70.20-3 | Aluguel de Imóveis | 1 | 80.93-4 | Educação Continuada ou Permanente e Aprendizagem Profissional | 1 |
| 70.3 | Atividades Imobiliárias Por Conta de Terceiros | | 80.94-2 | Ensino à Distância | 1 |
| 70.31-9 | Incorporação de Imóveis Por Conta de Terceiros | 1 | 80.95-0 | Educação Especial | 1 |
| 70.32-7 | Administração de Imóveis Por Conta de Terceiros | 1 | N - SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS | | |
| 70.4 | Condomínios Prediais | | 85 | Saúde e Serviços Sociais | |
| 70.40-8 | Condomínios Prediais | 2 | 85.1 | Atividades de Atenção à Saúde | |
| 71 | Aluguel de Veículos, Máquinas e Equipamentos Sem Condutores ou Operadores e de Objetos Pessoais e Domésticos | | 85.11-1 | Atividades de Atendimento Hospitalar | 2 |
| 71.1 | Aluguel de Automóveis | | 85.12-0 | Atividades de Atendimento a Urgências e Emergências | 2 |
| 71.10-2 | Aluguel de Automóveis | 2 | 85.13-8 | Atividades de Atendimento Ambulatorial | 2 |
| 71.2 | Aluguel de Outros Meios de Transporte | | 85.14-6 | Atividades de Serviços de Complementação Diagnóstica ou Terapêutica | 2 |
| 71.21-8 | Aluguel de Outros Meios de Transporte Terrestre | 2 | 85.15-4 | Atividades de Outros Profissionais da Área de Saúde | 1 |
| 71.22-6 | Aluguel de Embarcações | 2 | 85.16-2 | Outras Atividades Relacionadas com a Atenção à Saúde | 2 |
| 71.23-4 | Aluguel de Aeronaves | 2 | 85.2 | Serviços Veterinários | |
| 71.3 | Aluguel de Máquinas e Equipamentos | | 85.20-0 | Serviços Veterinários | 2 |
| 71.31-5 | Aluguel de Máquinas e Equipamentos Agrícolas | 2 | 85.3 | Serviços Sociais | |
| 71.32-3 | Aluguel de Máquinas e Equipamentos Para Construção e Engenharia Civil | 2 | 85.31-6 | Serviços Sociais Com Alojamento | 1 |
| 71.33-1 | Aluguel de Máquinas e Equipamentos Para Escritórios | 2 | 85.32-4 | Serviços Sociais Sem Alojamento | 1 |
| 71.39-0 | Aluguel de Máquinas e Equipamentos de Outros Tipos, Não Especificados Anteriormente | 2 | O - OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS | | |
| 71.4 | Aluguel de Objetos Pessoais e Domésticos | | 90 | Limpeza Urbana e Esgoto e Atividades Conexas | |
| 71.40-4 | Aluguel de Objetos Pessoais e Domésticos | 1 | 90.0 | Limpeza Urbana e Esgoto e Atividades Conexas | |
| 72 | Atividades de Informática e Conexas | | 90.00-0 | Limpeza Urbana e Esgoto e Atividades Conexas | 3 |
| 72.1 | Consultoria em Sistemas de Informática | | 91 | Atividades Associativas | |
| 72.10-9 | Consultoria em Sistemas de Informática | 1 | 91.1 | Atividades de Organizações Empresariais, Patronais e Profissionais | |
| 72.2 | Desenvolvimento de Programas de Informática | | 91.11-1 | Atividades de Organizações Empresariais e Patronais | 1 |
| 72.20-6 | Desenvolvimento de Programas de Informática | 2 | 91.12-0 | Atividades de Organizações Profissionais | 1 |
| 72.3 | Processamento de Dados | | 91.2 | Atividades de Organizações Sindicais | |
| 72.30-3 | Processamento de Dados | 2 | 91.20-0 | Atividades de Organizações Sindicais | 1 |
| 72.4 | Atividades de Banco de Dados | | 91.9 | Outras Atividades Associativas | |
| 72.40-0 | Atividades de Banco de Dados | 2 | 91.91-0 | Atividades de Organizações Religiosas | 1 |
| 72.5 | Manutenção e Reparação de Máquinas de Escritório e de Informática | | 91.92-8 | Atividades de Organizações Políticas | 1 |
| 72.50-8 | Manutenção e Reparação de Máquinas de Escritório e de Informática | 2 | 91.99-5 | Outras Atividades Associativas, Não Especificadas Anteriormente | 1 |
| 72.9 | Outras Atividades de Informática, Não Especificadas Anteriormente | | 92 | Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas | |
| 72.90-7 | Outras Atividades de Informática, Não Especificadas Anteriormente | 2 | 92.1 | Atividades Cinematográficas e de Vídeo | |
| 73 | Pesquisa e Desenvolvimento | | 92.11-8 | Produção de Filmes Cinematográficos e Filas de Vídeo | 2 |
| 73.1 | Pesquisa e Desenvolvimento das Ciências Físicas e Naturais | | 92.12-6 | Distribuição de Filmes e de Vídeos | 2 |
| 73.10-5 | Pesquisa e Desenvolvimento das Ciências Físicas e Naturais | 2 | 92.13-4 | Projeção de Filmes e de Vídeos | 2 |
| 73.2 | Pesquisa e Desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas | | 92.2 | Atividades de Rádio e de Televisão | |
| 73.20-2 | Pesquisa e Desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas | 1 | 92.21-5 | Atividades de Rádio | 1 |
| 74 | Serviços Prestados Principalmente às Empresas | | 92.22-3 | Atividades de Televisão | 1 |
| 74.1 | Atividades Jurídicas, Contábeis e de Assessoria Empresarial | | 92.3 | Outras Atividades Artísticas e de Espetáculos | |
| 74.11-0 | Atividades Jurídicas | 1 | 92.31-2 | Atividades de Teatro, Música e Outras Atividades Artísticas e Literárias | 1 |
| 74.12-8 | Atividades de Contabilidade e Auditoria | 1 | 92.32-0 | Gestão de Salas de Espetáculos | 1 |
| 74.13-6 | Pesquisas de Mercado e de Opinião Pública | 1 | 92.39-8 | Outras Atividades de Espetáculos, Não Especificadas Anteriormente | 2 |
| 74.14-4 | Gestão de Participações Societárias (Holdings) | 1 | 92.4 | Atividades de Agências de Notícias | |
| 74.15-2 | Sedes de Empresas e Unidades Administrativas Locais | 1 | 92.40-1 | Atividades de Agências de Notícias | 2 |
| 74.16-0 | Atividades de Assessoria em Gestão Empresarial | 1 | 92.5 | Atividades de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Outras Atividades Culturais | |
| 74.2 | Serviços de Arquitetura e Engenharia e de Assessoramento Técnico Especializado | | 92.51-7 | Atividades de Bibliotecas e Arquivos | 2 |
| 74.20-9 | Serviços de Arquitetura e Engenharia e de Assessoramento Técnico Especializado | 2 | 92.52-5 | Atividades de Museus e Conservação do Patrimônio Histórico | 2 |
| 74.3 | Ensaios de Materiais e de Produtos; Análise de Qualidade | | 92.53-3 | Atividades de Jardins Botânicos, Zoológicos, Parques Nacionais e Reservas Ecológicas | 3 |
| 74.30-6 | Ensaios de Materiais e de Produtos; Análise de Qualidade | 2 | 92.6 | Atividades Desportivas e Outras Relacionadas ao Lazer | |
| 74.4 | Publicidade | | 92.61-4 | Atividades Desportivas | 2 |
| 74.40-3 | Publicidade | 2 | 92.62-2 | Outras Atividades Relacionadas ao Lazer | 2 |
| 74.5 | Seleção, Agenciamento e Locação de Mão-de-obra Para Serviços Temporários | | 93 | Serviços Pessoais | |
| 74.50-0 | Seleção, Agenciamento e Locação de Mão-de-obra Para Serviços Temporários | 2 | 93.0 | Serviços Pessoais | |
| 74.6 | Atividades de Investigação, Vigilância e Segurança | | 93.01-7 | Lavanderias e Tinturarias | 2 |
| 74.60-8 | Atividades de Investigação, Vigilância e Segurança | 3 | 93.02-5 | Cabeleiros e Outros Tratamentos de Beleza | 1 |
| 74.7 | Atividades de Limpeza em Prédios e Domicílios | | 93.03-3 | Atividades Funerárias e Conexas | 2 |
| 74.70-5 | Atividades de Limpeza em Prédios e Domicílios | 2 | 93.04-1 | Atividades de Manutenção do Físico Corporal | 2 |
| 74.9 | Outras Atividades de Serviços Prestados Principalmente às Empresas | | 93.09-2 | Outras Atividades de Serviços Pessoais, Não Especificadas Anteriormente | 2 |
| 74.91-8 | Atividades Fotográficas | 2 | | | |
| 74.92-6 | Atividades de Envasamento e Empacotamento, Por Conta de Terceiros | 2 | | | |
| 74.99-3 | Outras Atividades de Serviços Prestados Principalmente às Empresas, Não Especificadas Anteriormente | 2 | | | |
| L - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL | | | 95 | Serviços Domésticos | |
| 5 | Administração Pública, Defesa e Seguridade Social | | 95.0 | Serviços Domésticos | |
| 5.1 | Administração do Estado e da Política Econômica e Social | | 95.00-1 | Serviços Domésticos | |
| 5.11-6 | Administração Pública em Geral | 1 | | | |
| 5.12-4 | Regulação das Atividades Sociais e Culturais | 1 | | | |
| 5.13-2 | Regulação das Atividades Econômicas | 1 | | | |
| 5.14-0 | Atividades de Apoio à Administração Pública | 1 | | | |
| 5.2 | Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública | | | | |
| 5.21-8 | Relações Exteriores | 1 | | | |
| P - SERVIÇOS DOMÉSTICOS | | | Q - ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS | | |
| | | | 99 | Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais | |
| | | | 99.0 | Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais | |
| | | | 99.00-7 | Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais | 1 |

**PERCENTUAIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DE TERCEIROS DE ACORDO
COM OS CÓDIGOS FPAS DISCRIMINADOS**

| Código do FPAS | Alíquotas (%) | | | | | | | | | | | | | | | | Total para terceiros |
|-------------------|---------------|----------|------------------|-------|-------|------|-------|------|--------|------|------------------|-------|------|-------|---------|------|----------------------|
| | Prev. Social | GIIL-RAT | Salário-Educação | INCRA | SENAI | SESI | SENAC | SESC | SEBRAE | DPC | Fundo Aeroviário | SENAR | SEST | SENAT | SESCOOP | | |
| | — | — | 0001 | 0002 | 0004 | 0008 | 0016 | 0032 | 0064 | 0128 | 0256 | 0512 | 1024 | 2048 | 4096 | | |
| 507 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | 1,0 | 1,5 | — | — | 0,6 | — | — | — | — | — | — | 5,8 | |
| 507 Cooperativa | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | 0,6 | — | — | — | — | — | 2,5 | 5,8 | |
| 515 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | 1,0 | 1,5 | 0,6 | — | — | — | — | — | — | 5,8 | |
| 515 Cooperativa | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | 0,6 | — | — | — | — | — | 2,5 | 5,8 | |
| 523 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 2,7 | |
| 531 | 20 | Variável | 2,5 | 2,7 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 5,2 | |
| 540 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | — | 2,5 | — | — | — | — | — | 5,2 | |
| 558 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | — | — | 2,5 | — | — | — | — | 5,2 | |
| 566 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | 1,5 | 0,3 | — | — | — | — | — | — | 4,5 | |
| 566 Cooperativa | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | 0,3 | — | — | — | — | — | 2,5 | 5,5 | |
| 574 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | 1,5 | 0,3 | — | — | — | — | — | — | 4,5 | |
| 574 Cooperativa | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | 0,3 | — | — | — | — | — | 2,5 | 5,5 | |
| 582 | 20 | Variável | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | |
| 590 | 20 | Variável | 2,5 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 2,5 | |
| 604 | — | — | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 2,7 | |
| 612 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | 0,6 | — | — | — | 1,5 | 1,0 | — | 5,8 | |
| 612 Cooperativa | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | 0,6 | — | — | — | — | — | 2,5 | 5,8 | |
| 620 | 20 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 1,5 | 1,0 | — | 2,5 | |
| 639 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | |
| 647* | — | — | 2,5 | 0,2 | — | — | — | 1,5 | 0,3 | — | — | — | — | — | — | 4,5 | |
| 655 | 20 | Variável | 2,5 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 2,5 | |
| 663 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | 1,0 | 1,5 | — | — | 0,6 | — | — | — | — | — | — | 5,8 | |
| 671 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | 1,0 | 1,5 | 0,6 | — | — | — | — | — | — | 5,8 | |
| 680 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | — | 2,5 | — | — | — | — | — | 5,2 | |
| 686 | 22,5 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 2,7 | |
| 694 Seg. Especial | 2,0 | 0,1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 0,2 | — | — | — | 0,2 | |
| 694 Pessoa Física | 2,0 | 0,1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 0,2 | — | — | — | 0,2 | |
| 694 Pes. Jurídica | 2,5 | 0,1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 0,25 | — | — | — | 0,25 | |
| 694 Agroindústria | 2,5 | 0,1 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 0,25 | — | — | — | 0,25 | |
| 699 | 5,0 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | |
| 707 | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | — | — | — | 2,5 | — | — | — | 5,2 | |
| 707 Cooperativa | 20 | Variável | 2,5 | 0,2 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 2,5 | 5,2 | |
| 715 | 20 | Variável | 2,5 | 2,7 | — | — | — | — | — | — | — | 2,5 | — | — | — | 7,7 | |
| 715 Cooperativa | 20 | Variável | 2,5 | 2,7 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 2,5 | 7,7 | |
| 725 | — | — | 2,5 | 2,7 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 5,2 | |
| 733 | — | — | 2,5 | 0,2 | 1,0 | 1,5 | — | — | 0,6 | — | — | — | — | — | — | 5,8 | |

INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS - QUADRO SINÓTICO -

Apresentamos, a seguir, um quadro sinótico contendo as verbas mais comuns pagas pela empresa e respectivo tratamento tributário.

| VERBAS | IR-FONTE | INSS | FGTS |
|--|--|--|--|
| Abonos de qualquer natureza, exceto os expressamente desvinculados do salário (art. 457, § 1º, da CLT) | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM Lei nº 8.036/90, art. 15 |
| Abono pecuniário de férias (concessão de 1/3 do período de férias em dinheiro) | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | NÃO CLT, art. 144 Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "e" | NÃO CLT, art. 144 IN nº 25/01, art. 13, II |
| Adicional de insalubridade | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, III |
| Adicional de periculosidade | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, III |
| Adicional de trabalho noturno | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, III |
| Adicional de horas extras | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, II |
| Adicional por tempo de serviço | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, IV |
| Adicional por transferência de local de trabalho | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, V |
| Ajuda de custo (parcela única para transferência) | NÃO Lei nº 7.713/88 (art. 6º, inciso XX) | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "g" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, XIII |
| Auxílio-doença acidentário (primeiros 15 dias a cargo da empresa) | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I Lei nº 8.213/91, art. 60, § 3º | SIM IN nº 25/01, art. 9º, III (durante todo o período de afastamento do empregado) |
| Auxílio-doença (primeiros 15 dias a cargo da empresa) | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I Lei nº 8.213/91, art. 60, § 3º | SIM IN nº 25/01, art. 9º, II |
| Aviso prévio indenizado | NÃO Lei nº 7.713/88 (art. 6º, inciso V) | NÃO Decreto nº 3.048/99, art. 214, § 9º, V, "f" | SIM IN nº 25/01, art. 12, XIX |
| Aviso prévio trabalhado | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, XIX |
| Comissões | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I ON SPS nº 8/97, item 13.4, letra "o" | SIM IN nº 25/01, art. 12, X |
| Décimo terceiro salário parcela adicional de 1/12 paga em rescisão, devido ao aviso prévio indenizado | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) Lei nº 7.959/89, art. 5º, inciso II | NÃO Decreto nº 3.048/99 art. 214, § 9º, "m" | SIM IN nº 25/01, art. 12, XIV |
| Décimo terceiro salário 1ª parcela | NÃO IN nº 25/96, art. 14 | NÃO Decreto nº 3.048/99, art. 214, § 6º | SIM IN nº 25/01, art. 12, XIV |
| Décimo terceiro salário 2ª parcela ou no mês da rescisão do contrato de trabalho | SIM Lei nº 7.713/88, (arts. 3º e 7º) Lei nº 7.959/89, art. 5º, inciso II IN nº 101/97, art. 4º | SIM Decreto nº 3.048/99, art. 214, § 6º | SIM IN nº 25/01, art. 12, XIV |
| Diárias para viagem até 50% do salário | NÃO Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso II (diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual, realizado em município diferente do da sede de trabalho) | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "h" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, XV |
| Diárias para viagem acima de 50% do salário | SIM PN CST nº 10/92 (diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho, sem prestação de contas) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, § 8º, letra "a" | SIM IN nº 25/01, art. 12, XI |
| Estagiários (Lei nº 6.494/77) (Bolsa de Complementação Educacional) | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "i" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, XVII |
| Férias gozadas e adicional de férias | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) IN nº 25/96, art. 15 | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I Decreto nº 3.048/99, art. 214, § 4º | SIM IN nº 25/01, art. 12, I e IX |
| Férias dobradas parcela das férias paga em dobro devido a frução fora do prazo da Lei | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) IN nº 25/96, art. 15 | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "d" Decreto nº 3.048/99, § 9º, IV | NÃO IN nº 25/01, art. 13, IV |
| Férias indenizadas e adicional de férias | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) IN nº 25/96, art. 15 | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "d" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, V |
| Fretes e carretos pagos à pessoa física | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) Base de cálculo (art. 9º, inciso I, da Lei nº 7.713/88) | SIM Decreto nº 3.048/99 Portaria MPAS nº 1.135/01 | NÃO Lei nº 8.036/90, art. 15 |
| Gorjetas | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, XII |
| Gratificação ajustada ou contratual | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, XI (gratificação ajustada ou contratual paga ou tacitamente, em decorrência de alteração de balanceamento funcional, de natureza salarial) |

| | | | |
|---|---|--|--|
| Indenização adicional -Empregado dispensado no período de 30 dias que antecede a data de sua correção salarial (Lei nº 6.708/79, art. 9º e Lei nº 7.238/84, art. 9º) | NÃO Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso V | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "e" Lei nº 9.711/98 | NÃO IN nº 25/01, art. 13, VIII |
| Indenização por rescisão antecipada do contrato de trabalho com termo estipulado (ex.: contrato de experiência) | NÃO Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso V | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "e" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, VIII |
| Indenização por tempo de serviço, não optantes do FGTS (art. 478 da CLT) | NÃO Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso V | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "e" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, VI |
| Participação dos empregados nos lucros | SIM Lei nº 10.101/00 | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "j" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, I |
| Prêmios | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM Lei nº 8.036/90, art. 15 |
| Quebra de caixa (gratificação de caixa) | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, XX |
| Salário | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, inciso I | SIM IN nº 25/01, art. 12, I |
| Salário-maternidade | SIM Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | SIM Lei nº 8.212/91, art. 28, § 2º | SIM IN nº 25/01, art. 9º, IV |
| Salário-família | NÃO Lei nº 8.218/91 | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "a" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, XVIII |
| Vale-transporte | NÃO Lei nº 7.713/88 (arts. 3º e 7º) | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "f" | NÃO IN nº 25/01, art. 13, XX |
| Valor da alimentação | NÃO Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso I (PAT) | NÃO Lei nº 8.212/91, art. 28, § 9º, letra "c" (PAT) | NÃO IN nº 25/01, art. 13, XIX (PAT) |

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.990, DE 21 DE JULHO DE 2000.

Mensagem de Veto nº 976

Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que altera a legislação tributária federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prorrogação do período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

Art. 2º O art. 69 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 69. Durante o período de transição, que se estenderá, no máximo, até o dia 31 de dezembro de 2001, os reajustes e revisões de preços dos derivados básicos de petróleo e gás natural, praticados pelas unidades produtoras ou de processamento, serão efetuados segundo diretrizes e parâmetros específicos estabelecidos, em ato conjunto, pelos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia." (NR)

Art. 3º Os arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º As contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, devidas pelas refinarias de petróleo serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:" (NR)

"I – dois inteiros e sete décimos por cento e doze inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gasolinas, exceto gasolina de aviação;" (AC)

"II – dois inteiros e vinte e três centésimos por cento e dez inteiros e vinte e nove centésimos por cento, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de óleo diesel;" (AC)

"III – dois inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento e onze inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gás liquefeito de petróleo – GLP;" (AC)

"IV – sessenta e cinco centésimos por cento e três por cento incidentes sobre a receita bruta decorrente das demais atividades." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"Art. 5º As contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins devidas pelas distribuidoras de álcool para fins carburantes serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:" (NR)

"I – um inteiro e quarenta e seis centésimos por cento e seis inteiros e setenta e quatro centésimos por cento, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de álcool para fins carburantes, exceto quando adicionado à gasolina;" (AC)

"II – sessenta e cinco centésimos por cento e três por cento incidentes sobre a receita bruta decorrente das demais atividades." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"Art. 6º O disposto no art. 4º desta Lei aplica-se, também, aos demais produtores e importadores dos produtos ali referidos." (NR)

"Parágrafo único. Na hipótese de importação de álcool carburante, a incidência referida no art. 5º dar-se-á na forma de seu:" (NR)

"I – inciso I, quando realizada por distribuidora do produto;" (NR)

"II – inciso II, nos demais casos." (NR)

Art. 4º (VETADO)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Edward Joaquim Amadeo Swaelen

Rodolpho Tourinho Neto

Publicado no D.O. de 24.7.2000

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.147, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000.

Dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º A contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, devidas pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados nas posições 3003, 3004, 3303 a 3307, e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 96.03.21.00, todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 2.092, de 10 de dezembro de 1996, serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:~~

Art. 1º A contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, devidas pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, 30.04, exceto no código 3004.90.46 e 3303.00 a 33.07, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas: (Redação dada pela Lei nº 10.548, de 13.11.2002)

I – dois inteiros e dois décimos por cento e dez inteiros e três décimos por cento, incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos referidos no *caput*;

II – sessenta e cinco centésimos por cento e três por cento, incidentes sobre a receita bruta decorrente das demais atividades.

§ 1º Para os fins desta Lei, aplica-se o conceito de industrialização estabelecido na legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

§ 2º O Poder Executivo poderá, nas hipóteses e condições que estabelecer, excluir, da incidência de que trata o inciso I, produtos indicados no *caput*, exceto os classificados na posição 3004.

§ 3º Na hipótese do § 2º, aplica-se, em relação à receita bruta decorrente da venda dos produtos excluídos, as alíquotas estabelecidas no inciso II.

~~§ 4º A pessoa jurídica que adquirir para industrialização produto classificado na posição 3003, tributado na forma do inciso I do caput, poderá excluir das bases de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins o respectivo valor de aquisição.~~

§ 4º A pessoa jurídica que adquirir, para industrialização de produto que gere direito ao crédito presumido de que trata o art. 3º, produto classificado nas posições 30.01 e 30.03, exceto no código 3003.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributado na forma do inciso I do caput, poderá excluir das bases de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins o respectivo valor de aquisição. (Redação dada pela Lei nº 10.548, de 13.11.2002)

Art. 2º São reduzidas a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos tributados na forma do inciso I do art. 1º, pelas pessoas jurídicas não enquadradas na condição de industrial ou de importador.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às pessoas jurídicas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples.

~~Art. 3º Será concedido regime especial de utilização de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados nas posições 3003, tributados na forma do inciso I do art. 1º, e 3004 da TIPI que tenham firmado, com a União, compromisso de ajustamento de conduta, nos termos do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com a redação dada pelo art. 113 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, visando assegurar a repercussão nos preços da redução da carga tributária em virtude do disposto neste artigo.~~

Art. 3º Será concedido regime especial de utilização de crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins às pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3001.20.90, 3001.90.10, 3001.90.90, 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00, todos da TIPI, tributados na forma do inciso I do art. 1º, e na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46, da TIPI, e que, visando assegurar a repercussão nos preços da redução da carga tributária em virtude do disposto neste artigo: (Redação dada pela Lei nº 10.548, de 13.11.2002)

§ 1º O crédito presumido a que se refere este artigo será:

~~I — determinado mediante a aplicação das alíquotas estabelecidas no inciso I do art. 1º sobre a receita bruta decorrente da venda de medicamentos, sujeitos a prescrição médica e identificados por tarja vermelha ou preta, relacionados pelo Poder Executivo;~~

I - tenham firmado, com a União, compromisso de ajustamento de conduta, nos termos do § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; ou (Redação dada pela Lei nº 10.548, de 13.11.2002)

~~II — deduzido do montante devido a título de contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no período em que a pessoa jurídica estiver submetida ao regime especial.~~

II - cumpram a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos para utilização do crédito presumido, na forma determinada pela Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001. (Redação dada pela Lei nº 10.548, de 13.11.2002)

~~§ 2º O crédito presumido somente será concedido na hipótese em que o compromisso de que trata o caput inclua todos os produtos constantes da relação referida no inciso I do § 1º, industrializados ou importados pela pessoa jurídica.~~

§ 2º O crédito presumido somente será concedido na hipótese em que o compromisso de ajustamento de conduta ou a sistemática estabelecida pela Câmara de Medicamentos, de que tratam, respectivamente, os incisos I e II deste artigo, inclua todos os produtos constantes da relação referida no inciso I do § 1º, industrializados ou importados pela pessoa jurídica. (Redação dada pela Lei nº 10.548, de 13.11.2002)

§ 3º É vedada qualquer outra forma de utilização ou compensação do crédito presumido de que trata este artigo, bem como sua restituição.

Art. 4º Relativamente aos fatos geradores ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de março de 2001, o crédito presumido referido no art. 3º será determinado mediante a aplicação das alíquotas de sessenta e cinco centésimos por cento e de três por cento, em relação, respectivamente, à contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, observadas todas as demais normas estabelecidas nos arts. 1º, 2º e 3º. (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 28.4.2001)

Art. 5º A Secretaria da Receita Federal expedirá normas necessárias à aplicação desta Lei.

Art. 6º Até 2002, o Poder Executivo encaminhará, semestralmente, ao Congresso Nacional o resultado da implementação desta Lei relativamente aos preços ao consumidor dos produtos referidos no art. 1º, identificando os montantes efetivos da renúncia vinculada à concessão do regime especial de que trata os arts. 3º e 4º e do incremento de arrecadação decorrente da forma de tributação instituída pelos arts. 1º e 2º.

Parágrafo único. As informações referidas neste artigo serão encaminhadas até o último dia útil dos meses de março e setembro, reportando os resultados correspondentes ao semestre-calendário imediatamente anterior.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação, ressalvado o disposto no art. 4º. (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 28.4.2001)

Brasília, 21 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

José Serra

Alcides Lopes Tápias

Martus Tavares

Waldeck Ornélas

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22.12.2000

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.485, DE 3 DE JULHO DE 2002.

Dispõe sobre a incidência das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nas hipóteses que menciona, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As pessoas jurídicas fabricantes e as importadoras dos produtos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, relativamente à receita bruta decorrente da venda desses produtos, ficam sujeitas ao pagamento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às alíquotas de 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento) e 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), respectivamente.

§ 1º O disposto no **caput**, relativamente aos produtos classificados no Capítulo 84 da TIPI, aplica-se, exclusivamente, aos produtos autopropulsados.

§ 2º A base de cálculo das contribuições de que trata este artigo fica reduzida:

I - em 30,2% (trinta inteiros e dois décimos por cento), no caso da venda de caminhões chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 kg e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 kg, classificados na posição 87.04 da TIPI, observadas as especificações estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal;

II - em 48,1% (quarenta e oito inteiros e um décimo por cento), no caso de venda de produtos classificados nos seguintes códigos da TIPI: 84.29, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 8702.10.00 Ex 02, 8702.90.90 Ex 02, 8704.10.00, 87.05 e 8706.00.10 Ex 01 (somente os destinados aos produtos classificados nos Ex 02 dos códigos 8702.10.00 e 8702.90.90).

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às pessoas jurídicas a que se refere o art. 17, § 5º, da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Art. 2º Poderão ser excluídos da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep, da Cofins e do IPI os valores recebidos pelo fabricante ou importador nas vendas diretas ao consumidor final dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI, por conta e ordem dos concessionários de que trata a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, a estes devidos pela intermediação ou entrega dos veículos, e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS incidente sobre esses valores, nos termos estabelecidos nos respectivos contratos de concessão.

§ 1º Não serão objeto da exclusão prevista no **caput** os valores referidos nos incisos I e II do § 2º do art. 1º.

§ 2º Os valores referidos no **caput**:

I - não poderão exceder a 9% (nove por cento) do valor total da operação;

II - serão tributados, para fins de incidência das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins, à alíquota de 0% (zero por cento) pelos referidos concessionários.

Art. 3º Fica reduzida a 0% (zero por cento) a alíquota das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins relativamente à receita bruta da venda:

I - dos produtos relacionados nos Anexos I e II desta Lei;

II - dos produtos referidos no art. 1º, auferida por comerciantes atacadistas e varejistas, exceto as pessoas jurídicas a que se refere o art. 17, § 5º, da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a alterar a relação de produtos discriminados nesta Lei, em decorrência de modificações na codificação da TIPI.

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Os componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes e peças dos produtos autopropulsados classificados nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11, da TIPI, sairão com suspensão do IPI do estabelecimento industrial.

§ 1º Os componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes e peças, referidos no **caput**, de origem estrangeira, serão desembaraçados com suspensão do IPI quando importados diretamente por estabelecimento industrial.

§ 2º A suspensão de que trata este artigo é condicionada a que o produto, inclusive importado, seja destinado a emprego, pelo estabelecimento industrial adquirente:

I - na produção de componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes ou peças dos produtos autopropulsados;

II - na montagem dos produtos autopropulsados classificados nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01, 87.02, 87.03, 87.05, 87.06 e 87.11, e nos códigos 8704.10.00, 8704.2 e 8704.3, da TIPI.

§ 3º A suspensão do imposto não impede a manutenção e a utilização dos créditos do IPI pelo respectivo estabelecimento industrial.

§ 4º Nas notas fiscais relativas às saídas referidas no **caput** deverá constar a expressão 'Saída com suspensão do IPI' com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

§ 5º Na hipótese de destinação dos produtos adquiridos ou importados com suspensão do IPI, distinta da prevista no § 2º deste

artigo, a saída dos mesmos do estabelecimento industrial adquirente ou importador dar-se-á com a incidência do imposto.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se, também, a estabelecimento filial ou a pessoa jurídica controlada de pessoas jurídicas fabricantes ou de suas controladoras, que opere na comercialização dos produtos referidos no **caput** e de suas partes, peças e componentes para reposição, adquiridos no mercado interno, recebidos em transferência de estabelecimento industrial, ou importados." (NR)

Parágrafo único. O disposto no inciso I do § 2º do art. 5º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, com a redação alterada por este artigo, alcança, exclusivamente, os produtos destinados a emprego na produção dos produtos autopropulsados relacionados nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 5º As pessoas jurídicas fabricantes e as importadoras dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras-de-ar de borracha), da TIPI, relativamente às vendas que fizerem, ficam sujeitas ao pagamento das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins às alíquotas de 1,43% (um inteiro e quarenta e três centésimos por cento) e 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento), respectivamente.

Parágrafo único. Fica reduzida a 0% (zero por cento) a alíquota das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins, relativamente à receita bruta da venda dos produtos referidos no **caput**, auferida por comerciantes atacadistas e varejistas.

Art. 6º O disposto nesta Lei não se aplica a produtos usados.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

Brasília, 3 de julho de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

José Sechin

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 4.7.2002

ANEXO I

| CÓDIGO | CÓDIGO |
|-----------------------|------------------|
| 4016.10.10 | 8483.20.00 |
| 4016.99.90 Ex 03 e 05 | 8483.30 |
| 68.13 | 8483.40 |
| 7007.11.00 | 8483.50 |
| 7007.21.00 | 8505.20 |
| 7009.10.00 | 8507.10.00 |
| 7320.10.00 Ex 01 | 85.11 |
| 8301.20.00 | 8512.20 |
| 8302.30.00 | 8512.30.00 |
| 8407.33.90 | 8512.40 |
| 8407.34.90 | 8512.90.00 |
| 8408.20 | 8527.2 |
| 8409.91 | 8536.50.90 Ex 03 |
| 8409.99 | 8539.10 |
| 8413.30 | 8544.30.00 |
| 8413.91.00 Ex 01 | 8706.00 |
| 8414.80.21 | 87.07 |
| 8414.80.22 | 87.08 |
| 8415.20 | 9029.20.10 |
| 8421.23.00 | 9029.90.10 |

| | |
|-----------------------|------------|
| 8421.31.00 | 9030.39.21 |
| 8431.41.00 | 9031.80.40 |
| 8431.42.00 | 9032.89.2 |
| 8433.90.90 | 9104.00.00 |
| 8481.80.99 Ex 01 e 02 | 9401.20.00 |
| 8483.10 | |

ANEXO II

1. Tubos de borracha vulcanizada não endurecida da posição 40.09, com acessórios, próprias para máquinas e veículos autopropulsados das posições 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06;
2. Partes da posição 84.31, reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas às máquinas e aparelhos das posições 84.29;
3. Motores do código 8408.90.90, próprios para máquinas dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00 e 8433.5;
4. Cilindros hidráulicos do código 8412.21.10, próprios para máquinas dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00 e 8433.5;
5. Outros motores hidráulicos de movimento retilíneo (cilindros) do código 8412.21.90, próprios para máquinas dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00 e 8433.5;
6. Cilindros pneumáticos do código 8412.31.10, próprios para produtos dos códigos 8701.20.00, 87.02 e 87.04;
7. Bombas volumétricas rotativas do código 8413.60.19, próprias para produtos dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 8701.20.00, 87.02 e 87.04;
8. Compressores de ar do código 8414.80.19, próprios para produtos dos códigos 8701.20.00, 87.02 e 87.04;
9. Caixas de ventilação para veículos autopropulsados, classificadas no código 8414.90.39;
10. Partes classificadas no código 8432.90.00, de máquinas das posições 8432.40.00 e 8432.80.00;
11. Válvulas redutoras de pressão classificadas no código 8481.10.00, próprias para máquinas e veículos autopropulsados dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06;
12. Válvulas para transmissões óleo-hidráulicas ou pneumáticas classificadas no código 8481.20.90, próprias para máquinas dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00 e 8433.5;
13. Válvulas solenóides classificadas no código 8481.80.92, próprias para máquinas e veículos autopropulsados das posições 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06;
14. Embreagens de fricção do código 8483.60.1, próprias para máquinas dos códigos 84.29, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00 e 8433.5;
15. Outros motores de corrente contínua do código 8501.10.19, próprios para acionamento elétrico de vidros de veículos autopropulsados.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002.

Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.

Mensagem de veto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

capítulo i

da COBRANÇA NÃO-CUMULATIVA DO PIS E DO Pasep

Art. 1º A contribuição para o PIS/Pasep tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.

§ 2º A base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep é o valor do faturamento, conforme definido no **caput**.

§ 3º Não integram a base de cálculo a que se refere este artigo, as receitas:

I - decorrentes de saídas isentas da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;

II - (VETADO)

III - auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;

IV - de venda dos produtos de que tratam as Leis nº 9.990, de 21 de julho de 2000, nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, e nº 10.485, de 3 de julho de 2002, ou quaisquer outras submetidas à incidência monofásica da contribuição;

V - referentes a:

a) vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;

b) reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor

do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita.

VI – não operacionais, decorrentes da venda de ativo imobilizado. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

Art. 2º Para determinação do valor da contribuição para o PIS/Pasep aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento).

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º;

~~II – bens e serviços utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda ou à prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;~~

II – bens e serviços utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes; (Redação dada pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

III - (VETADO)

IV – aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;

~~V – despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples);~~

V – despesas financeiras decorrentes de empréstimos, financiamentos e contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoas jurídicas, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES; (Redação dada pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

VI - máquinas e equipamentos adquiridos para utilização na fabricação de produtos destinados à venda, bem como a outros bens incorporados ao ativo imobilizado;

VII - edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária;

VIII - bens recebidos em devolução, cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei.

IX - energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

§ 1º O crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no art. 2º sobre o valor:

I - dos itens mencionados nos incisos I e II do **caput**, adquiridos no mês;

~~II – dos itens mencionados nos incisos III a V do **caput**, incorridos no mês;~~

II - dos itens mencionados nos incisos IV, V e IX do **caput**, incorridos no mês; (Redação dada pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI e VII do **caput**, incorridos no mês;

IV - dos bens mencionados no inciso VIII do **caput**, devolvidos no mês.

§ 2º Não dará direito a crédito o valor de mão-de-obra paga a pessoa física.

§ 3º O direito ao crédito aplica-se, exclusivamente, em relação:

I - aos bens e serviços adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País;

II - aos custos e despesas incorridos, pagos ou creditados a pessoa jurídica domiciliada no País;

III - aos bens e serviços adquiridos e aos custos e despesas incorridos a partir do mês em que se iniciar a aplicação do disposto nesta Lei.

§ 4º O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subseqüentes.

§ 5º (VETADO)

§ 6º (VETADO)

§ 7º Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se à incidência não-cumulativa da contribuição para o PIS/Pasep, em relação apenas a parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas.

§ 8º Observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal, no caso de custos, despesas e encargos vinculados às receitas referidas no § 7º e àquelas submetidas ao regime de incidência cumulativa dessa contribuição, o crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

I – apropriação direta, inclusive em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou

II – rateio proporcional, aplicando-se aos custos, despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita bruta sujeita à incidência não-cumulativa e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

§ 9º O método eleito pela pessoa jurídica será aplicado consistentemente por todo o ano-calendário, observadas as normas a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal.

§ 10. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23, e nos códigos 01.03, 01.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, 15.07 a 15.14, 1515.2, 1516.20.00, 15.17, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul, destinados à alimentação humana ou animal poderão deduzir da contribuição para o PIS/Pasep, devida em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens e serviços referidos no inciso II do **caput** deste artigo, adquiridos, no mesmo período, de pessoas físicas residentes no País. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

§ 11. Relativamente ao crédito presumido referido no § 10: (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

I - seu montante será determinado mediante aplicação, sobre o valor das mencionadas aquisições, de alíquota correspondente a setenta por cento daquela constante do art. 2º; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

II - o valor das aquisições não poderá ser superior ao que vier a ser fixado, por espécie de bem ou serviço, pela Secretaria da Receita Federal. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

Art. 4º O contribuinte da contribuição para o PIS/Pasep é a pessoa jurídica que auferir as receitas a que se refere o art. 1º.

Art. 5º A contribuição para o PIS/Pasep não incidirá sobre as receitas decorrentes das operações de:

I - exportação de mercadorias para o exterior;

II - prestação de serviços para pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, com pagamento em moeda conversível;

III - vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

§ 1º Na hipótese deste artigo, a pessoa jurídica vendedora poderá utilizar o crédito apurado na forma do art. 3º para fins de:

I - dedução do valor da contribuição a recolher, decorrente das demais operações no mercado interno;

II - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria.

§ 2º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre do ano civil, não conseguir utilizar o crédito por qualquer das formas previstas no § 1º, poderá solicitar o seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria